

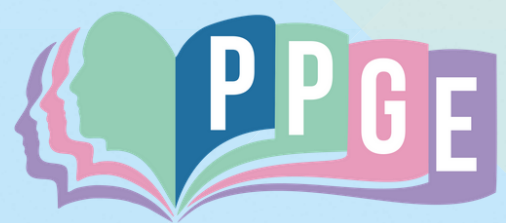
**Protagonismo e Docência: as Professoras  
Quilombolas de Vila Nova dos Poções em  
Janaúba, no Norte de Minas Gerais**

**Ilidiano Braz Silva**

**Mestrado em Educação**

**Montes Claros / MG**

**202x**



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**Universidade Estadual de Montes Claros**  
**Centro de Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação**

**Protagonismo e Docência: as Professoras Quilombolas  
de Vila Nova dos Poções em Janaúba, no Norte de  
Minas Gerais**

**Ilidiano Braz Silva**

*Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, linha de pesquisa Políticas Públicas Educacionais, Diversidade e Formação de Professores.*

Orientadora: Profa. Dra. Zilmar Gonçalves Santos

**Montes Claros / MG**  
**2024**



*A divulgação ou reprodução total ou parcial desta dissertação é autorizada exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.*

S586p SILVA, Ilidiano Braz  
Protagonismo e docência: as professoras quilombolas de Vila Nova dos Poções em Janaúba, no Norte e Minas Gerais, / Ilidiano Braz Silva — Montes Claros (MG) 2024  
84f

Inclui Bibliografia

Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), 2024

Orientadora: Profa. Dra. Zilmar Gonçalves Santos.

1. Professoras negras. 2. Professoras quilombolas. 3. Mulheres na educação. 4. Liderança em mulheres. 5. Comunidades quilombolas - Educação. 6. Negros - Identidade racial. 7. Igualdade na educação. I. Santos, Zilmar Gonçalves. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: as professoras quilombolas de Vila Nova dos Poções em Janaúba no Norte de Minas Gerais.

Catálogo Biblioteca Central Professor Antônio Jorge



Universidade Estadual de Montes Claros  
Centro de Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

Protagonismo e Docência: as Professoras Quilombolas de Vila Nova dos Poções em Janaúba,  
no Norte de Minas Gerais

Ilidiano Braz Silva

Dissertação defendida e aprovada em 27 de fevereiro de 2024,  
pela banca examinadora constituída pelas pesquisadoras e  
pesquisadores

---

Prof. Dra. Zilmar Gonçalves Santos — Orientadora  
Universidade Estadual de Montes Claros

Profa. Dra. Viviane Bernadeth Gandra Brandão  
Universidade Estadual de Montes Claros

Prof. Dr. Andrey Lopes de Souza  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profa. Dra. Ângela Cristina Borges  
Universidade Estadual de Montes Claros

Profa. Dra. Raiana Maciel do Carmo  
Universidade Estadual de Montes Claros



*"Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam muito diferentes das minhas." - Audre Lorde*



BRAZ SILVA, Ilidiano. Protagonismo e Docência: as Professoras Quilombolas de Vila Nova dos Poções em Janaúba, no Norte de Minas Gerais. 2023. 84f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, MG, Brasil.

## RESUMO

---

Vila Nova dos Poções, situada no quilombo do Gorutuba, no norte de Minas Gerais, foi o foco deste estudo, que buscou analisar as narrativas das professoras e compreender suas experiências na educação escolar quilombola e seu envolvimento na comunidade. O trabalho destaca a liderança feminina e como essas mulheres enfrentam complexas interações de gênero, raça e economia, influenciando tanto a educação quanto a vida comunitária. Em um contexto de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades sociais e a promoção da igualdade racial e de gênero, este estudo contribui para a literatura acadêmica ao explorar a resiliência das comunidades quilombolas e seu compromisso com a educação escolar quilombola. Utilizando uma metodologia qualitativa exploratória, coletamos e analisamos as narrativas das professoras em Vila Nova dos Poções. Além disso, revisamos a literatura, apoiados em autores como Almeida (2018), Carvalho (2002), Mattos (2010), Moura (1983), e outros. Os resultados destacam a importância das mulheres quilombolas na preservação da cultura quilombola e na promoção da igualdade racial e de gênero. Este estudo oferece insights sobre as identidades das professoras em contextos quilombolas e enfatiza a necessidade de políticas públicas que apoiem a liderança feminina nessas comunidades. Destacamos a força, resiliência e liderança das mulheres quilombolas, celebrando a riqueza cultural das comunidades e promovendo um futuro mais inclusivo e equitativo. Este resumo convida os leitores a explorarem mais a fundo as experiências e desafios das professoras quilombolas.

**Palavras-chave:** Professoras Quilombolas. Liderança Feminina. Educação Escolar Quilombola. Igualdade Racial. Comunidades Quilombolas.



BRAZ SILVA, Ilidiano. *Protagonism and Teaching: Quilombola Teachers from Vila Nova dos Poções in Janaúba, in the North of Minas Gerais*. 2023. 84f. Dissertation (Master's in Education) — Center for Human Sciences, State University of Montes Claros. Montes Claros, MG, Brazil.

## ABSTRACT

---

Vila Nova dos Poções, located in the Gorutuba quilombo, in the north of Minas Gerais, was the focus of this study, which sought to analyze the teachers' narratives and understand their experiences in quilombola school education and their involvement in the community. The work highlights female leadership and how these women face complex interactions of gender, race and economics, influencing both education and community life. In a context of public policies aimed at reducing social inequalities and promoting racial and gender equality, this study contributes to academic literature by exploring the resilience of quilombola communities and their commitment to quilombola school education. Using an exploratory qualitative methodology, we collected and analyzed the narratives of teachers in Vila Nova dos Poções. Furthermore, we reviewed the literature, supported by authors such as Almeida (2018), Carvalho (2002), Mattos (2010), Moura (1983), and others. The results highlight the importance of quilombola women in preserving quilombola culture and promoting racial and gender equality. This study offers insights into the identities of teachers in quilombola contexts and emphasizes the need for public policies that support female leadership in these communities. We highlight the strength, resilience and leadership of quilombola women, celebrating the cultural richness of communities and promoting a more inclusive and equitable future. This summary invites readers to explore more deeply the experiences and challenges of quilombola teachers.

**Keywords:** Quilombola Teachers. Female Leadership. Quilombola School Education. Racial Equality. Quilombola Communities.



# SUMÁRIO

---

<b>Introdução</b> .....	10
Referências.....	12
<b>Artigo 1: Desafios e avanços na educação escolar quilombola: reflexões sobre equidade e inclusão no Brasil</b> .....	13
1.1 Introdução .....	14
1.2 Populações negras no Brasil e a Educação Formal .....	16
1.3 A luta pelos direitos das populações negras .....	18
1.4 A Educação Escolar Quilombola .....	20
1.5 Currículo escolar e cultura quilombola .....	23
1.6 Considerações finais .....	25
1.7 Referências .....	26
<b>Artigo 2: Resistência e empoderamento: o papel das mulheres quilombolas na defesa de territórios e promoção da educação</b> .....	28
2.1 Introdução .....	29
2.2 A articulação das mulheres negras e os processos de resistências .....	31
2.3 Políticas públicas de atenção às comunidades Quilombolas .....	37
2.4 O currículo da escola quilombola .....	39
2.5 O projeto político pedagógico e a prática .....	41
2.6 Considerações finais .....	45
2.7 Referências .....	47
<b>Artigo 3: Mulheres quilombolas: liderança, educação e valorização cultural nas comunidades quilombolas</b> .....	51
3.1 Introdução .....	52
3.2 Metodologia .....	53
3.3 Análise dos dados .....	54
3.4 A liderança feminina e sua importância para as comunidades quilombolas .....	55
3.5 Desafios enfrentados pelas mulheres quilombolas na conquista e exercício da liderança .....	56

3.6	Percurso na educação escolar quilombola .....	59
3.7	As experiências das professoras quilombolas na educação escolar quilombola .....	61
3.8	Os desafios e conquistas enfrentados pelas professoras quilombolas no exercício da docência .....	62
3.9	Práticas culturais e experiências de vida das professoras quilombolas .....	64
3.10	Práticas culturais presentes na vida e no trabalho das professoras quilombolas....	65
3.11	Influência das práticas culturais na relações de gênero e poder nas comunidades quilombolas .....	66
3.12	Participação das professoras quilombolas na luta por direitos .....	67
3.13	Formas de engajamento das professoras na luta por direitos da comunidade quilombola .....	
3.14	Projetos e ações .....	70
3.15	Consolidação da liderança feminina e "espaços de fala" das mulheres quilombolas.....	71
3.16	A docência como um espaço de empoderamento e liderança para as mulheres quilombolas .....	72
3.17	"Os espaços de fala" das mulheres quilombolas na construção de identidade e na luta por direitos.....	73
3.18	Considerações finais.....	74
3.19	Referências .....	76
<b>Considerações .....</b>		<b>77</b>
<b>Apêndices .....</b>		<b>80</b>

# INTRODUÇÃO

---

*Em cada voz, uma história; em cada história, uma lição. Na tessitura de nossas raízes, encontramos a força para crescer e o poder para transformar." Autor Desconhecido!*

Nos últimos anos, em função das reivindicações dos movimentos sociais, as políticas públicas voltadas à redução da desigualdade social ganharam espaço na agenda do Estado. Especificamente, houve uma crescente onda de políticas públicas voltadas para a igualdade racial e de gênero, assim como políticas de apoio às comunidades afro-brasileiras que permanecem nos quilombos. Essa atenção é devida ao histórico de opressão e marginalização vivenciado por essas populações ao longo dos séculos.

Nesse contexto, as mulheres quilombolas emergem como um grupo triplamente oprimido, enfrentando a discriminação de gênero, racial e econômica, além de pertencerem a comunidades que historicamente foram negligenciadas pela sociedade e pelo poder público. É fundamental, portanto, compreender a situação das professoras negras inseridas nessas comunidades, suas lutas pelo reconhecimento dos direitos dos quilombolas e, assim, desvelar as complexas relações de gênero que permeiam suas vidas cotidianas.

A Escola Estadual Julião Mendes Ferreira, situada no distrito de Vila Nova dos Poções, uma pequena localidade abraçada pelas terras de Minas Gerais, é o cenário central desta pesquisa que apresentamos no artigo 3. Esta escola é uma parte essencial da comunidade quilombola do Gorutuba e tem uma equipe de 66 funcionários, dos quais, 41 são professores, sendo 8 homens e 33 mulheres. Dentro deste grupo de professoras, 27 são quilombolas. Além disso, 10 dos professores que atuam na escola residem na própria comunidade quilombola.

Apesar de pouco mencionadas nos registros históricos, as mulheres negras tiveram papéis fundamentais em resistir à escravidão e lutar por sua liberdade. Figuras como Dandara e Aqualtune, guerreiras de quilombos, são exemplos notáveis, revelando que a luta da mulher negra sempre existiu, embora muitas vezes tenha sido negligenciada pela história oficial.

Neste contexto, o foco principal desta pesquisa foi analisar, através das narrativas das professoras, os percursos na educação escolar quilombola e a participação dessas mulheres na Comunidade de Vila Nova dos Poções, situada no quilombo do Gorutuba. Para tal, foi

selecionado o Quilombo do Gorutuba, localizado no sertão do norte de Minas Gerais, na região do vale do Rio Gorutuba. A escolha desta localidade se deve ao seu rico histórico, onde a população do Gorutuba, constituída por descendentes de negros que fugiram do sistema escravista no século XVIII, estabeleceu-se na região conhecida como Jaíba. Esta área, marcada pela resistência e pelo refúgio de escravizados, oferece um contexto único para entender a vida e as contribuições das professoras quilombolas.

Através da exploração das experiências vividas pelas educadoras em Vila Nova dos Poções, este estudo buscou entender o papel vital que essas mulheres desempenham dentro de suas comunidades, não apenas como transmissoras de conhecimento, mas também como guardiãs de uma herança cultural rica e diversificada. Ao focar nas narrativas dessas mulheres, pretendíamos compreender a partir das narrativas das professoras, os percalços na educação escolar quilombola como também porfiar a participação destas mulheres na Comunidade de Vila Nova dos Poções, quilombo do Gorutuba.

A formação dos quilombos brasileiros ocorreu no contexto da escravidão, com os habitantes dessas comunidades desenvolvendo estratégias para negar o sistema escravista. O termo "quilombo" representa a luta travada no cerne da escravidão moderna no Brasil, onde os escravizados resistiam constantemente em busca de liberdade, e seus remanescentes continuam a lutar por posse e liberdade (GOMES, 2006). Gomes (2006) considera o quilombo um espaço livre, criado por seus fundadores como uma representação da luta contra a escravidão e, portanto, uma subversão, embora limitada, da ordem colonial.

Até o momento, há poucas discussões sobre a situação dos professores e professoras que atuam nas escolas quilombolas e os desafios de oferecer educação diferenciada a essas comunidades. Portanto, a pesquisa pretendeu preencher essa lacuna, considerando a complexidade das identidades docentes em contextos quilombolas.

Neste estudo, adotamos uma abordagem qualitativa exploratória, utilizando dados coletados por meio de pesquisa de campo. Baseamos nossa pesquisa teórica em autores como Almeida (2019) e Sousa Santos (2020), cujas obras fornecem fundamentos essenciais para a análise dos dados coletados.

As análises e discussões foram realizadas com o propósito de refletir, sobre as descobertas e conclusões que emergiram da pesquisa. Esta abordagem nos permitiu explorar de forma detalhada e contextualizada as experiências das professoras quilombolas e a dinâmica da educação escolar quilombola na Comunidade de Vila Nova dos Poções, quilombo do Gorutuba.

Esta dissertação segue o formato *multipaper*, composta por artigos que abordam diferentes aspectos do tema. No primeiro artigo, exploramos os desafios e avanços na educação escolar quilombola. No segundo artigo, discutimos sobre o papel das mulheres quilombolas na defesa de territórios e promoção da educação e no terceiro artigo apresentamos a análise dos dados da pesquisa.

A minha relação com a temática dessa pesquisa inicia-se no limiar de minha jornada profissional como educador, aos tenros 17 anos, minha carreira como professor teve seu primeiro acorde na Escola Estadual Julião Mendes Ferreira, situada no distrito de Vila Nova dos Poções, uma pequena localidade abraçada pelas terras de Minas Gerais. Essa escola foi não apenas o berço de minha paixão pelo ensino, mas também o ponto de partida para uma pesquisa que se desdobraria em anos de exploração acadêmica e comprometimento com as comunidades quilombolas que chamam essa região de lar do Gorutuba. Aqui, um grupo de notáveis professoras quilombolas tem desempenhado um importante papel na promoção da educação escolar quilombola, na preservação das práticas culturais e na luta por direitos. Através desta pesquisa, procuramos desvendar suas histórias, desafios e triunfos, lançando luz sobre o papel vital que desempenham na manutenção da cultura quilombola, na promoção da igualdade racial e no fortalecimento das lutas por direitos.

Almejamos com esse trabalho, não apenas dar voz às mulheres quilombolas que têm sido agentes de mudança silenciosas, mas também contribuir para uma compreensão de suas experiências e desafios. Esperamos que este estudo inspire outros pesquisadores e influencie a criação de políticas públicas que valorizem a liderança feminina nas comunidades quilombolas, promovendo a igualdade de gênero e racial.

Esta é uma celebração da força, resiliência e liderança das mulheres quilombolas, uma ode à riqueza cultural das comunidades e um chamado à ação para um futuro mais inclusivo e equitativo.

## **Referências**

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação Especial*, São Paulo, n. 21, p. 40-51, 2002.

SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

## **Desafios e avanços na educação escolar quilombola: reflexões sobre equidade e inclusão no Brasil**

### **Challenges and Advances in Quilombola School Education: Reflections on Equity and Inclusion in Brazil**

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar a educação formal da população negra, com foco na escolarização de jovens quilombolas. Para atingir essa finalidade, conduzimos uma revisão bibliográfica abrangente. Inicialmente, exploramos a história da oferta de educação formal para negros, destacando as dificuldades enfrentadas por essa população nas salas de aula. Em seguida, discutimos as diretrizes curriculares nacionais para educação escolar quilombola, conforme definidas na Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012, pelo Conselho Nacional de Educação. Além disso, investigamos a relação entre o currículo escolar e a cultura quilombola, considerando a importância de uma abordagem intercultural na educação. Também abordamos o surgimento e as manifestações do movimento negro em busca da garantia de direitos para a população negra, bem como as conquistas educacionais e a luta pelas ações afirmativas. Ao longo da pesquisa, destacamos as notáveis conquistas da população negra no Brasil, incluindo os marcos representados pelos movimentos sociais e pelo reconhecimento de sua contribuição para a história econômica e cultural do país. Nossa análise também revelou os desafios persistentes enfrentados pela população negra em relação à educação, como a baixa escolaridade. Essa realidade enfatiza a urgente necessidade de ações efetivas para implementar práticas educacionais mais igualitárias. Acreditamos que uma maior participação de todos os setores da sociedade é fundamental para romper o ciclo de exclusão e pobreza que tem aprisionado os negros por gerações, especialmente no sistema educacional.

**Palavras-chave:** Educação Escolar Quilombola. População Quilombola. Cultura Quilombola. Liderança Feminina. Direitos e Inclusão Educacional.

**Abstract:** This article aims to analyze the formal education of the black population, with a focus on the schooling of young Quilombola individuals. To achieve this objective, we conducted a comprehensive literature review. Initially, we delve into the history of formal education provision for black individuals, highlighting the challenges faced by this population in classrooms. We then discuss the national curriculum guidelines for Quilombola school education, as defined in Resolution No. 08, dated November 20, 2012, by the National Council of Education. Additionally, we investigate the relationship between the school curriculum and Quilombola culture, emphasizing the importance of an intercultural approach to education. We also address the emergence and expressions of the black movement in the pursuit of rights for the black population, as well as educational achievements and the struggle for affirmative actions. Throughout the research, we underscore the remarkable achievements of the black population in Brazil, including milestones represented by social movements and the recognition of their contribution to the economic and cultural history of the country. However, our analysis also reveals the persistent challenges faced by the black population regarding education, such as low levels of schooling. This reality emphasizes the urgent need for effective actions to implement more equitable educational practices. We aim to provide better opportunities and access to quality education for black individuals in Brazil. We believe that increased participation from all sectors of society is essential to break the cycle of exclusion and poverty that has trapped black communities for generations, especially within the educational system.

**Keywords:** Quilombola School Education. Quilombola Population. Quilombola Culture. Female Leadership. Educational Rights and Inclusion.

## 1.1 Introdução

O movimento negro, tanto nos Estados Unidos, com a atuação dos Panteras Negras na defesa dos direitos dos afro-americanos e sua luta por inclusão na sociedade, quanto no Brasil, tem sido fundamental para moldar políticas públicas, promover a conscientização social e fortalecer a identidade cultural negra. Um exemplo notável no Brasil é o caso baiano, onde movimentos sociais afro-brasileiros, como o Bloco Afro Ilê Aiyê, fundado em 1974, desempenharam um papel significativo na luta contra a discriminação racial e na promoção da cultura afro-brasileira (Silva, 2018).

Conforme documentado por Figueiredo em sua obra “Dinâmicas Raciais no Brasil Contemporâneo” (2016), esses movimentos têm sido fundamentais na reivindicação de direitos e na afirmação da identidade negra na sociedade brasileira. Além disso, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabeleceu a promoção e o incentivo à educação em colaboração com a sociedade como um dos princípios norteadores do sistema educacional brasileiro, o que inclui a valorização da história e cultura afro-brasileira.

Esse histórico conjunto de eventos e lutas sociais contribuiu decisivamente para a aprovação da Lei 10.639/2003 e posteriormente da Lei 11.645/2008, que tornaram obrigatório o ensino da história da África, das lutas dos negros e dos indígenas nas escolas brasileiras. Nesse contexto, os professores e professoras emergem como agentes essenciais na busca pela superação de uma sociedade marcada por desigualdades, patriarcado e exclusão.

Do ponto de vista constitucional, a educação é um direito inalienável de todas as pessoas e uma obrigação do Estado e da família em estabelecer parceria direta com a sociedade. A legislação brasileira tem por base garantir o pleno respeito às especificidades da cultura nacional e a promoção do pluralismo de pensamento. No Brasil, um país construído historicamente e socialmente sob a influência do racismo, a escolarização desempenha um papel fundamental, embora não exclusivo, como uma ferramenta de 'tecnologia social' - um termo usado para descrever soluções inovadoras e socialmente inclusivas para problemas complexos. Neste contexto, a educação atua como uma tecnologia social vital para desconstruir as estruturas seculares de opressão.

A agenda nacional da educação está fortemente fundamentada na defesa e preservação

da dignidade humana e na valorização da identidade e da diversidade cultural. A Lei 10.639/2003 é um exemplo notável dessa abordagem, estabelecendo diretrizes e fundamentos da educação nacional e incorporando ao currículo oficial da rede de ensino a disciplina obrigatória de história e cultura africana e afro-brasileira (Brasil, 2003), iniciativa ampliada pela Lei 11.645/2008 para incluir a história e a cultura dos povos indígenas (Brasil, 2008).

Nessa direção de conquistas da população negra no Brasil, em 2012, as escolas quilombolas foram regulamentadas por meio da elaboração de diretrizes curriculares nacionais específicas; A Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012 é resultado de uma série de discussões realizadas no campo da educação desde a década de 1980. Sabemos, porém, que há séculos o processo educacional e escolar da população negra brasileira é marcado por violentos mecanismos de exclusão e subjugação, imbricados na complexa lógica que delinea estruturas, instituições e racismos subjetivos de presença expansiva, colonialidade do saber e do poder (Quijano, 2010).

Considerando que o Brasil foi colonizado em 1500, a desumanização dos corpos negros tem sido uma constante na luta do movimento negro, sendo um dos principais pilares desde então. O povo quilombola insiste na luta por ser reconhecido não apenas como sujeito de direitos fundamentais, mas também como sujeito político, com suas necessidades e direitos garantidos. A educação é um dos pontos que precisa ser discutido nesse contexto. A Educação Escolar Quilombola (EEQ) é um projeto recente (Brasil, 2012; Silva, 2013) - resultado das lutas históricas dos movimentos sociais negros organizados. Quando os legisladores elaboraram as Diretrizes Curriculares Nacionais para EEQ (DCNEEQ) em 2012, foi um passo importante para o entendimento sobre o que envolve uma EEQ diferenciada, contribuindo para a consolidação dessa modalidade de educação no Brasil.

Após a resolução de 2012, o debate sobre a EEQ continuou e resultou em importantes documentos, como o Parecer CNE/CEB nº 16/2012, aprovado em 5 de junho de 2012, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Além disso, a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. O Parecer CNE/CEB nº 8/2020, aprovado em 10 de dezembro de 2020, tratou das Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas, e o Parecer CNE/CEB nº 3/2021, aprovado em 13 de março de 2021, reexaminou o Parecer CNE/CEB nº 8, de 2020, abordando as Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas.

Diante desse contexto, este artigo não apenas buscou apontar e discutir a espacialidade no Brasil, mas também se propôs a analisar a educação formal da população negra, com foco na escolarização de jovens quilombolas. Para isso, realizamos um levantamento bibliográfico que abrange a história da oferta de educação formal para negros e as dificuldades enfrentadas por essa população nas salas de aula. Além disso, exploramos o surgimento e as manifestações do movimento negro em busca da garantia de direitos para a população negra, assim como as conquistas educacionais e a luta pelas ações afirmativas.

## **1.2 Populações negras no Brasil e a Educação Formal**

No horizonte da história, do período colonial até o início do período Republicano, o Brasil negou sistematicamente o acesso à educação formal às populações negras. A presença de escravos nas escolas era vista como uma ameaça à estabilidade social da época. Compreende-se, portanto, que a exclusão dos negros dos espaços escolares tenha sido justificada tanto como uma garantia da "ordem social" quanto como um temor de que os escravos pudessem exercer influência negativa nesses ambientes (Fonseca, 2001).

Historicamente, o Brasil adotou uma postura legalmente discriminatória e racista em relação à população afrodescendente, uma realidade que perdura até os dias atuais. O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, exemplifica essa postura ao estabelecer que os escravos não seriam admitidos nas escolas públicas do país, e a instrução para adultos negros estava condicionada à disponibilidade de professores (Brasil, 2004, p. 7).

Segundo Fonseca (2001), com a ratificação da Lei do Ventre Livre em 1871, que dispunha sobre a emancipação dos filhos de escravos, a educação e a liberdade passaram a ser discutidas de forma explícita. No entanto, o objetivo dessa representação não era proteger e emancipar as crianças, mas minimizar o impacto do fim do trabalho escravo na imagem da sociedade brasileira, que passou a aceitar grande número de negros como cidadãos livres. A mesma autora afirma ainda que quem escravizava as mães seria responsável pela educação dos filhos, mas o ensino primário seria ministrado sempre que possível, tornando-se uma decisão ambígua que não garantia o direito à educação dessas crianças.

Nesse sentido, entende-se que a criação da Lei do Ventre Livre representou os interesses dos senhores de escravos, pois visava apenas a liberdade dos filhos nascidos após a data da sua homologação, e não para possíveis mudanças de condição social por meio da educação e do conhecimento, uma chance de libertação. Outro fator que sugere o desinteresse

dos senhores em instruir os filhos dos escravos, envolve a possibilidade de os filhos saírem do processo produtivo para aprender, afetando o lucro da propriedade (Fonseca, 2001).

Ainda com base em Fonseca (2001), a lei previa em sua redação final que os filhos nascidos após 28 de setembro de 1871, seriam livres, mas o senhor de escravos os teria como propriedade até os 8 anos de idade, após essa idade, poderiam optar por permanecer até que completassem 21 anos. E se optassem por permanecer, o senhor de escravos deveria contratá-los como trabalhadores em suas fazendas, ou entregá-los ao estado para compensação.

Diante dessa situação, os primeiros filhos de escravos nascidos após a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871, foram considerados livres. Essa lei representou um marco na transição gradual para a abolição da escravidão no Brasil. A partir de então, teoricamente, os negros sob tutela do Estado teriam direito à educação, assim como as crianças brancas. No entanto, a realidade prática dessa integração educacional era complexa e muitas vezes discriminatória.

Um exemplo disso foi a aprovação da Lei nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, que, um ano antes das crianças negras contempladas pela Lei do Ventre Livre completarem oito anos, regulamentou que os negros estudassem apenas à noite. Esta regulamentação criava estratégias efetivas para limitar a educação dessas crianças, como a segregação de horários e restrições de acesso. A expressão 'aproveitar os bancos escolares' pode ser interpretada como uma referência às medidas tomadas para assegurar que os negros tivessem uma educação diferenciada e inferior, mantendo a segregação racial nas escolas.

A escravidão no Brasil negou aos negros o acesso à educação formal, e a presença de escravos nas escolas era considerada uma ameaça à estabilidade social da época. Compreende-se, portanto, que, como já mencionado, a exclusão dos negros dos espaços escolares fosse entendida tanto como uma garantia da 'ordem social' quanto como uma ameaça de que os escravos pudessem exercer influência negativa nesses espaços (Fonseca, 2001).

O Brasil, do período colonial até o início do período Republicano, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atingia e ainda atinge a população afrodescendente brasileira até hoje. Um exemplo disso é a Lei nº 1 de 1937, sancionada pelo presidente da província do Rio de Janeiro, Paulino José de Souza, no mesmo ano, que proibia o acesso de escravos e pretos africanos, mesmo que livres ou libertos, às escolas públicas (Brasil, 2004, p. 7).

### 1.3 A luta pelos direitos das populações negras

Diante o histórico de negação dos direitos à população negra no Brasil, principalmente pelo direito à educação, os militantes do movimento negro sempre lutaram pela escolarização dessa população, historicamente excluída dos bancos escolares. O Movimento Negro, reconhecia e defendia, contudo, que o direito à educação era uma luta cara para a população negra. Deve-se notar que a educação, além de contribuir para a formação intelectual e política, também desempenha um papel importante na geração de conhecimento sobre si e sobre os outros. Além disso, a escolaridade é frequentemente usada como critério de seleção e/ou exclusão no preenchimento de vagas de emprego (Gomes, 2011).

Domingues (2007) observou que o movimento negro estava em sua primeira fase, entre 1889 e 1937, marcada pela Proclamação da República, e sendo um ano após a abolição da escravatura, esse movimento social não teve condições de garantir ganhos materiais e simbólicos para os libertos – ex-escravos e seus descendentes –, que permaneceram marginalizados na sociedade. Para combater a marginalização, o movimento negro buscou realizar campanhas de mobilização racial, como sindicatos, clubes e associações.

Simultaneamente, o movimento negro buscou se articular para discutir os problemas vivenciados pela população negra, o que ficou conhecido como "jornalismo negro", com jornais feitos por negros, destinados a abordar seus problemas e focar nas questões enfrentadas pela comunidade negra, como trabalho, moradia, educação e saúde, buscando soluções tangíveis para o racismo na sociedade brasileira (Domingues, 2007).

O movimento negro cresceu consideravelmente em 1931 com a fundação, em São Paulo, da Frente Negra Brasileira (FNB), a organização mais importante do país com uma agenda política deliberada. A FNB possuía grupos homônimos em vários estados e transformou o movimento negro em uma organização de massa com mais de 20.000 membros. Devido à sua importância e alto grau de organização, a FNB estabeleceu acordos financeiros para fornecer para a população negra, serviços médicos e odontológicos, cursos de formação política e artes, além de publicar o jornal "A Voz da Raça". Em 1936, a FNB tornou-se um partido político com o objetivo de participar das próximas eleições, mas foi extinta no ano seguinte, juntamente com outras organizações políticas, com a instauração da ditadura do Estado Novo (Domingues, 2007).

Segundo Domingues (2007), a segunda fase do movimento negro ocorreu de 1937 a 1964. Vale ressaltar que, durante o novo regime estadual, qualquer movimento contra o governo

era reprimido com violência política, fazendo com que o movimento negro caísse em ostracismo durante o governo de Getúlio Vargas. No entanto, os grupos principais nessa fase eram a União dos Homens de Cor (UHC) e o Teatro Experimental do Negro (TEN). A UHC foi fundada em Porto Alegre em 1943 com o objetivo de melhorar o nível econômico e intelectual dos negros em todo o Brasil, expandindo-se para dez estados do país. A UHC promovia debates nos meios de comunicação locais, publicava jornais próprios, oferecia serviços de assistência jurídica e médica, programas de alfabetização, voluntariado e participação em campanhas eleitorais (Domingues, 2007). O TEN foi fundado no Rio de Janeiro em 1944, sob a liderança de Abdias do Nascimento e propunha a formação de um grupo de teatro composto exclusivamente por atores negros. Além disso, o TEN oferecia cursos de alfabetização, costura e modelagem, fundou o Instituto Nacional do Negro e o Museu do Negro, e organizou o primeiro Congresso dos Negros do Brasil em 1950.

A terceira fase do movimento negro no Brasil, entre 1978 e 2000, foi marcada pela reestruturação política e pelo surgimento de diversos movimentos populares, sindicais e estudantis. Neste período, houve a criação do Movimento Negro Unificado (MNU). Esta organização surgiu como uma resposta coletiva às diversas formas de discriminação racial e violência contra a população negra.

Posteriormente, especificamente no início da década de 1980, formou-se o Movimento Unido Contra a Discriminação Racial (MUCDR). Este movimento tinha como foco realizar campanhas políticas contra a opressão racial, a violência, o desemprego, o subemprego e a marginalização da população negra, conforme documentado por Petrônio Domingues em sua obra de 2007. O MUCDR emergiu como uma força significativa na luta contra as desigualdades raciais no Brasil, buscando conscientizar a sociedade e promover mudanças estruturais.

O surgimento do MNU marcou um ponto importante na história do protesto negro do país, pois, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações antirracistas em escala nacional, com o objetivo de fortalecer o poder político do movimento negro (Domingues, 2007, p. 114).

O movimento intensificou seus esforços na educação, revisando os livros didáticos quanto ao conteúdo tendencioso, capacitando professores para promover a igualdade racial no acesso à educação, reavaliando o papel do negro na história do Brasil e buscando incluir o ensino da história da África nas escolas. Além disso, priorizou as religiões de origem africana, buscou resgatar as culturas ancestrais por meio da incorporação de padrões de beleza, vestuário

e gastronomia, e promoveu o uso de nomes africanos, principalmente de origem iorubá (Domingues, 2007).

Gomes (2011) observa que, a partir dos anos 2000, o movimento negro começou a construir um consenso sobre a necessidade de ações afirmativas no Brasil, especialmente na Educação Básica, no Ensino Superior e no mercado de trabalho. Assim, a discussão sobre o direito à educação como parte integrante da construção da igualdade racial passou a ser realizada também pelo movimento negro. A luta desse movimento, ganha força principalmente a partir de 2003, com a promulgação da Lei 10.639/03, tornando obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas e em 2012 com a adoção da política de cotas.

Os movimentos e entidades que surgiram após a abolição da escravidão sempre foram contra o racismo e tinham e ainda tem como objetivo, fortalecer a identidade negra, além de abordar as persistentes condições precárias enfrentadas pela comunidade negra. A sociedade brasileira é marcada pela busca de igualdade racial, e Piovesan (2007) afirma que, para que o direito à igualdade seja efetivamente concretizado no Brasil, é necessário tomar medidas para eliminar a exclusão racial. A educação é uma das maneiras mais eficazes de combater as desigualdades e as questões que provocam a discriminação racial na sociedade brasileira.

#### **1.4 A Educação Escolar Quilombola**

Antes de discutirmos a educação escolar quilombola, é essencial compreender o que define os quilombolas. Quilombolas são descendentes das comunidades formadas por escravos africanos fugidos durante o período colonial e imperial do Brasil. Essas comunidades, conhecidas como quilombos, eram espaços de resistência e liberdade, mantendo até hoje suas tradições culturais e históricas (Gomes, 2006).

Com a implementação das políticas públicas de ações afirmativas, surgiu um novo ordenamento jurídico no Brasil que regulamenta a educação dos afrodescendentes quilombolas. Segundo Hõflig (2001), a educação é entendida em um sentido amplo como uma política social pública, sob responsabilidade do Estado, mas não exclusivamente formulada por ele. Nesse contexto, o modelo educacional para comunidades quilombolas está inserido dentro de um tipo específico.

A partir da implementação das políticas públicas de ações afirmativas, pode-se compreender o recente ordenamento jurídico brasileiro que regulamenta a educação dos afrodescendentes dos povos quilombolas. Segundo Hõflig (2001), a educação é compreendida

no sentido mais amplo como uma política social pública, de responsabilidade do Estado, mas não exclusivamente concebida por ele. Portanto, o modelo educacional adotado está localizado dentro de um tipo específico de país, a saber:

Formas de interferência do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social. Portanto, assumem 'feições' diferentes em diferentes sociedades e diferentes concepções de Estado. É impossível pensar Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo (Höflig, 2001, p. 31-32).

A escolarização quilombola, implementada a partir de discussões no campo da educação iniciadas na década de 1980, enfatizou a recriação da função social das escolas nas comunidades quilombolas. Essas discussões emergiram com uma forte capacidade de mobilização e foco na transformação educacional, visando atender às necessidades específicas dessas comunidades. Como resultado deste movimento, tornou-se evidente a necessidade de abordar questões de segurança pública e estabelecer relações horizontais dentro das escolas. Isso significa criar um ambiente escolar onde alunos e professores possuem relações mais igualitárias e colaborativas, diferentemente das estruturas tradicionais hierárquicas de poder.

Além disso, movimentos sociais indeníveis, como o Movimento Negro, passaram a denunciar o papel das escolas na expressão, repercussão e reprodução do racismo. Esses movimentos destacaram como a discriminação se manifesta em vários aspectos da educação, incluindo a organização curricular e os materiais didáticos. Miranda (2012) salienta que a luta contra o racismo no contexto educacional envolveu a revisão crítica de livros didáticos e currículos, buscando assegurar que refletissem uma representação justa e precisa da história e cultura afro-brasileira e quilombola. Esses esforços visavam desconstruir preconceitos e promover uma educação mais inclusiva e representativa da diversidade cultural brasileira.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, estabelecidas durante o governo da presidente Dilma Rousseff em 2012, refletem as conquistas e desafios enfrentados pelo movimento negro no Brasil. Essas diretrizes são um marco na luta pela inclusão e representatividade da cultura quilombola no sistema educacional. Elas foram elaboradas em consonância com as Diretrizes Curriculares Gerais Nacionais para a Educação Básica, enfatizando a importância de desenvolver a escolarização de jovens quilombolas em unidades educacionais localizadas dentro de seus próprios territórios. O foco é promover uma educação que respeite e valorize a cultura e a ancestralidade quilombola, utilizando pedagogias adaptadas às especificidades étnicas de cada comunidade.

Portanto, as políticas públicas para esses povos tradicionais devem levar em consideração suas inter-relações com aspectos históricos, políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais, referentes ao início da escravidão no Brasil. A escolarização quilombola e sua implementação é acompanhada de consultas prévias entre o poder público e as comunidades envolvidas e suas organizações, de forma a não considerar apenas os aspectos normativos, burocráticos e institucionais da política de configuração (Brasil, 2013).

O movimento negro começou a lutar pelos direitos dos quilombolas, integrando as demandas da comunidade na arena pública e política do país, denunciando situações de desigualdade e discriminação, além de promover a escolarização de quilombolas em todo o território brasileiro. Considerando as realidades de seu povo ao longo da história da política educacional, algo que tem sido invisível. O Conselho Coordenador Nacional das Comunidades Rurais Negras em Fuga (CONAQ) desempenhou um papel importante nesse processo, incumbido de trabalhar com inúmeras organizações locais para pressionar o estado a buscar assistência educacional com base na realidade dos quilombolas (Brasil, 2013).

Em relação ao trabalho com a construção da identidade racial, esse processo de construção é baseado nas lutas de povos quilombolas, envolvendo suas memórias, sua ancestralidade e seus saberes tradicionais. Essa identidade é dinâmica e variável, compreensível por seu dinamismo e variabilidade (Brasil, 2013).

Quanto aos direitos à terra, esta tem sido uma questão central. No Brasil, os negros (escravizados e depois ex-escravos) foram excluídos dos direitos de propriedade e propriedade da terra. Assim, quilombolas em luta pelo governo descrevem o quão acirrada e frequente foi a luta pela manutenção de seus territórios ao longo dos tempos (Brasil, 2013).

No que diz respeito à territorialidade dos quilombolas, é importante ressaltar que o termo é entendido como a vivência de uma comunidade em determinado território, que se delinea e existe por ação coletiva, e que também possui segregação e manifestações de poder em espaços específicos (La Feinstein, 1993). Assim, é compreensível que a territorialidade tenha efeito direto na manutenção da identidade do quilombola. Outro fator importante: para os quilombolas é que a terra representa o sustento, a salvação da memória de sua ancestralidade, tradições, valores e a luta para garantir sua condição territorial e direitos distintos (Brasil, 2013).

Oferecer escolarização às comunidades quilombolas faz parte do direito à educação, mas o histórico de desigualdade, violência e discriminação que atinge esses grupos afeta a garantia de seus direitos à educação, saúde, trabalho e terra (Brasil, 2013).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 1.253 escolas quilombolas em todo o Brasil. Dessas escolas, 81 estão localizadas no estado de Minas Gerais.

Esses números refletem o esforço em curso para atender às demandas educacionais das comunidades quilombolas em diferentes regiões do Brasil, destacando a importância da Educação Escolar Quilombola como um instrumento essencial para a promoção da igualdade e a preservação das culturas e tradições dessas comunidades.

### **1.5 Currículo escolar e cultura quilombola**

Enfatizar o papel do conhecimento local no processo educativo não significa que novos conhecimentos não sejam importantes. No entanto, para que a aprendizagem seja significativa, é fundamental descolonizar o conhecimento. Em relação à educação diferenciada, Gomes (2005) ressalta que os alunos precisam observar como se comportam no processo de aprendizagem, não apenas nas escolas comunitárias, mas em todas as instituições e níveis de ensino do país. Comportamentos e currículos pautados nos princípios da descolonização do saber e valorização do saber local, têm surgido como pilares da educação antirracista.

No contexto das escolas quilombolas, o currículo e a formação devem, de maneira contínua, reconhecer a diversidade racial, compreender as conquistas e lutas locais, organizar, expressar, informar e preservar a memória coletiva, coleções e repertórios orais, linguagens, histórias marcantes, civilizações religiosas e artísticas, práticas e cultura patrimonial, técnicas e formas de organização da produção do conhecimento e do mundo do trabalho no território.

A Educação Básica em nosso país enfrenta diversos desafios, incluindo a oferta de um currículo que busca abordar a diversidade e o multiculturalismo no ambiente escolar. Nesse sentido, é importante considerar ações que promovam a igualdade de oportunidades. Munanga e Gomes (2005) argumentam que:

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares, realidade social e diversidade étnico-cultural, é preciso que os educadores compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. Trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam no nosso cotidiano escolar. Dessa maneira, poderemos construir coletivamente novas formas de convivência e respeito entre professores, alunos e comunidade (Munanga; Gomes, 2005, p. 147).

De acordo com Oliveira (2013), antes da implementação de políticas governamentais e legislação específica, as comunidades quilombolas já vinham se organizando com diversas ações voltadas para a diferenciação da escolarização em suas comunidades. Exemplos incluem o projeto Vida de Negro (1988-2003) do Centro Cultural Maranhão Negro em Maria Felipa, na Bahia, e a Escola Quilombo Mangal/Barro Vermelho (2001). A partir dessas iniciativas, o processo de construção do projeto de educação política da Escola Quilombola Conceição das Crioulas em Pernambuco (2002) e a proposta da escola quilombola sistematizada no projeto "Vivência de Saberes" no Quilombo Campinho da Independência, Rio de Janeiro (2005) ganharam destaque.

Em maio de 2010, ocorreu a Conferência Nacional de Educação - CONAE 2010, onde ficou evidente a necessidade de desenvolver políticas educacionais específicas para atender às demandas da comunidade quilombola, uma vez que a Lei nº 10.639/2003 não abordou as questões específicas da educação quilombola. Isso levou à criação do Grupo de Trabalho de Educação Quilombola no Conselho Nacional de Educação (CNE), com o objetivo de elaborar Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

A Câmara de Educação Básica do CNE publicou a Resolução nº 4, em 13 de julho de 2010, que definiu as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica e oficializou a educação escolar quilombola como modalidade de educação. A resolução destacou:

Art. 41. A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inseridas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. (CNE/CEB. Resolução, nº 4, de 13 de julho 2010). Parágrafo único. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, bem como nas demais, deve ser reconhecida e valorizada a diversidade cultural (Brasil, 2010).

Portanto, as diretrizes têm como função orientar os sistemas educacionais para a implementação da escolarização quilombola, enfatizando a importância do diálogo constante com as comunidades e considerando as realidades socioculturais e políticas do movimento quilombola. Isso implica em diretrizes que atendam às necessidades e peculiaridades dessas comunidades, como a valorização de sua história e cultura, o respeito às tradições orais, a inclusão de conhecimentos tradicionais e práticas ancestrais no currículo, e a promoção da igualdade racial. Além disso, é essencial que a abordagem pedagógica seja adaptada para refletir a realidade sociocultural dessas comunidades, garantindo uma educação que seja verdadeiramente inclusiva e representativa.

## 1.6 Considerações finais

A inclusão dos negros no processo educacional, mesmo à margem da cidadania e enfrentando desafios contínuos, ressalta a determinação e a perseverança desta comunidade. Historicamente, a pobreza e a falta de educação entre os brasileiros, seja por causa da cor da pele ou da classe social, têm sido fatores contribuintes para a desigualdade existente.

Apesar do progresso significativo feito pela legislação educacional brasileira, como a promulgação da Lei 10.639/2003, que incluiu os saberes africanos e afro-brasileiros na educação brasileira, desafios substanciais permanecem. Especificamente, a comunidade quilombola requer validação no sentido de ter sua história, cultura e conhecimentos tradicionais mais profundamente integrados e respeitados no currículo escolar. Além disso, a atenção necessária refere-se ao desenvolvimento de políticas educacionais que considerem as condições socioeconômicas e culturais específicas dessas comunidades, garantindo acesso equitativo à educação de qualidade.

Nesse sentido, a mobilização do movimento negro tem sido fundamental, não apenas na busca por uma fiscalização adequada dessas políticas, mas também na promoção de uma educação diferenciada. Esta educação diferenciada visa atender às necessidades específicas da comunidade quilombola, assegurando que os currículos e métodos de ensino reflitam e valorizem sua identidade e herança cultural.

Um dos principais objetivos dessa mobilização é garantir que as escolas atendam adequadamente os alunos quilombolas, independentemente de sua localização. Essa proposta educacional desafia a visão tradicional de aprendizagem, que muitas vezes reflete um currículo escolar influenciado pela colonização do saber. A importância das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola reside justamente nessa transformação: elas representam um passo significativo na valorização da cultura quilombola, refletindo a diversidade de rostos, linguagens, experiências, valores, conceitos e sujeitos culturais nos alunos. Essas diretrizes reforçam a compreensão de que os alunos não são apenas recipientes passivos de conhecimento, mas sim sujeitos políticos, sociais e culturais ativos, cujas identidades devem ser reconhecidas e valorizadas no processo educativo.

As conquistas da população negra no Brasil, incluindo os movimentos sociais e o reconhecimento de sua contribuição para a história econômica e cultural do país, são marcos notáveis. No entanto, para abordar a questão racial, devemos considerar também os desafios educacionais enfrentados pela população negra, como a persistente baixa escolaridade. Esta

realidade evidencia a necessidade urgente de ações efetivas para implementar práticas educacionais mais igualitárias, que proporcionem melhores oportunidades e acesso à educação de qualidade para os negros no Brasil.

A simples inclusão no sistema educacional não é suficiente para superar as barreiras enfrentadas pela população negra no Brasil. É fundamental focar na qualidade da educação e proporcionar condições adequadas que incluem, entre outras, a disponibilização de recursos educacionais que respeitem e valorizem a cultura e história afro-brasileira, a formação de professores capacitados para lidar com a diversidade e combater práticas racistas, além do acesso equitativo a oportunidades educacionais, desde a educação básica até o ensino superior. Essas medidas são fundamentais para que mais pessoas negras possam alcançar níveis superiores de escolarização e participar plenamente da sociedade.

Além da necessidade de mais pesquisa sobre os processos de exclusão e desigualdades na sociedade, é essencial aprofundar nosso entendimento sobre estas questões. O conhecimento acumulado sobre esses tópicos não apenas ilumina as causas e os impactos da discriminação racial, mas também informa estratégias eficazes para combatê-la. Dessa forma, o aprofundamento teórico e prático desses assuntos é fundamental para promover mudanças sociais significativas e duradouras com implementação de políticas públicas eficazes que garantam não apenas o acesso e as oportunidades para essas pessoas, mas também sua permanência nas escolas.

## 1.7 Referências

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012*. Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012. Define diretrizes curriculares nacionais para educação escolar quilombola na educação básica. Brasília, DF: MEC/CNE, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03*. Brasília, DF: MEC, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. *Superando o racismo na escola*. Brasília, DF: MEC, 2005.

CARVALHO, Marília Pinto de. *Gênero, Raça Avaliação Escolar*. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha B. Gonçalves e. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

HOLT, Thomas C. *The Problem of Freedom: Race, Labor, and Politics in Jamaica and Britain, 1832-1938*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

MATTOS, Regiane Augusto. *História e Cultura Afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2010.

MOREIRA, Adilson. *Tratado do Direito Discriminatório*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

MOURA, Clóis. *Brasil: as raízes do protesto negro*, São Paulo: Globo, 1983.

NASCIMENTO, A. Influência da mulher negra na educação do brasileiro. In: *Anais do 2º Congresso Afro-Brasileiro “O negro no Brasil”*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940, p. 211-222.

PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lúcia (Org.). Estudos e Análises, Informação Demográfica e Socioeconômicas nº 2. *Características Étnico-Raciais da População Classificação e Identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Alex F. *Big data como forma de governança racial*. 2018. 31 f. Artigo Científico (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo.

SILVA, J. C. M. *História e cultura afro-brasileira nas séries iniciais do ensino fundamental*. 2018. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. Não publicado.

## **Resistência e empoderamento: o papel das mulheres quilombolas na defesa de territórios e promoção da educação**

### **Resistance and empowerment: the role of quilombola women in defending territories and promoting education**

**Resumo:** Este artigo investiga o papel das mulheres quilombolas na defesa de seus territórios e na promoção da educação, destacando a resistência histórica dos quilombolas e a luta das mulheres negras desde a escravidão até as lutas contemporâneas por direitos e igualdade de gênero. Inspirado nos trabalhos de Almeida (1998), que discute os quilombos e as novas etnias, e Apple (2002), que aborda ideologia e currículo, o estudo explora a interseção entre gênero, raça e educação. A articulação das mulheres quilombolas com o movimento feminista negro é analisada à luz das contribuições de Arroyo (2012)) que oferece perspectivas sobre outras pedagogias e o local da cultura, respectivamente. A influência de Bourdieu é evidente na análise das políticas públicas e da diversidade cultural no currículo, com referências a suas obras de 1997 e 1999. O artigo também se baseia em Brah (2006) e Davis (2016) para discutir diferença, diversidade e a interseção de raça e classe. A educação nas escolas quilombolas é examinada através da lente de autor como Gadotti, cujas ideias sobre pedagogia, diálogo e conflito são fundamentais para entender o currículo e a prática nas escolas quilombolas. Os resultados da pesquisa revelam a importância da preservação da cultura e identidade quilombola, destacando o poder e a resiliência das mulheres quilombolas. A necessidade de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, que promovam a educação e a valorização cultural quilombola, é enfatizada, apoiando-se nas reflexões de Munanga (2005) sobre superação do racismo na escola e a educação e diversidade cultural.

**Palavras-chave:** Mulheres Quilombolas. Território. Educação. Resistência. Preservação Cultural.

**Abstract:** This article investigates the role of quilombola women in defending their territories and promoting education, highlighting the historical resistance of quilombolas and the struggle of black women from slavery to contemporary fights for rights and gender equality. Drawing inspiration from the works of Alfredo Almeida (1998), who discusses quilombos and new ethnicities, and Michael W. Apple (2002), who addresses ideology and curriculum, the study explores the intersection of gender, race, and education. The articulation of quilombola women with the black feminist movement is analyzed in light of contributions from Miguel G. Arroyo (2012) and Homi K. Bhabha (2007), offering perspectives on other pedagogies and the place of culture, respectively. The influence of Pierre Bourdieu is evident in the analysis of public policies and cultural diversity in the curriculum, referencing his works from 1997 and 1999. The article also relies on Avtar Brah (2006) and Angela Davis (2016) to discuss difference, diversity, and the intersection of race and class. Education in quilombola schools is examined through the lens of authors like Gadotti, whose ideas on pedagogy, dialogue, and conflict are essential for understanding the curriculum and practice in quilombola schools. The research findings reveal the critical importance of preserving quilombola culture and identity,

highlighting the power and resilience of quilombola women. The need for more effective and inclusive public policies that promote education and cultural valorization of quilombola communities is emphasized, supported by the reflections of Kabengele Munanga (2005) on overcoming racism in school and education and cultural diversity.

**Keywords:** Quilombola Women. Territory. Education. Resistance. Cultural Preservation.

## 2.1 Introdução

A maioria das comunidades Quilombolas tem uma presença significativa de mulheres no apoio às famílias, na preservação e transmissão da história e cultura africana e afro-brasileira para as novas gerações, e na busca por uma melhor qualidade de vida para sua comunidade.

Segundo Munanga (1995), a palavra 'quilombo' tem origens bantu e é originalmente escrita como 'Kilombo' em línguas bantu. Na adaptação para o português, a grafia se alterou para 'quilombo' (com 'Q'). Munanga (1995) destaca a existência de quilombos e sua importância no Brasil, ressaltando que os membros desses grupos, trazidos e escravizados no país, foram fundamentais na formação dessas comunidades. Nesse contexto, Munanga (1995, p. 60) observa que:

A palavra 'quilombo' tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos, sem distinção de pertencimento a qualquer linhagem, na qual os membros passaram por rituais de iniciação dramáticos que os tiraram do escopo protetor de suas linhagens e os integraram como co-guerrilheiros em um regimento de super-humanos invulneráveis às armas dos inimigos. O quilombo maduro é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de várias culturas [...]

Esses territórios são etnicamente e culturalmente heterogêneos, ocupados e construídos por grupos de indivíduos ou atores sociais de diferentes etnias que se uniram contra as estruturas escravistas e continuam em luta pela defesa dos seus territórios. O quilombo brasileiro seria uma recriação dos quilombos africanos, que foram reconstruídos aqui "[...] transformando esses territórios em uma espécie de campo de iniciação da resistência [...]" (Munanga, 1995, p. 63).

Na concepção de O'Dwyer (2002), os quilombos podem ser definidos como grupos de atributos, definidos em termos de signos e símbolos que os membros do grupo consideram importantes, em vez da visão categórica de sujeitos externos que, na maioria das vezes, fornecem definições territoriais que contribuem para a exclusão desses grupos do acesso a políticas públicas, como educação, saúde e outros benefícios sociais.

O impacto da colonização na população indígena do Brasil não é a única história angustiante a ser contada. A população negra também sofreu. Em 1530, navios negreiros

portugueses trouxeram escravos africanos para o Brasil, onde muitos morreram a bordo devido às terríveis condições. Os sobreviventes lutaram para se adaptar ao terreno desconhecido, sendo os escravos do sexo masculino preferidos para as plantações de cana-de-açúcar. Como observam Gelinski e Siqueira (2014, p.52), os horrores da escravidão lançaram uma longa sombra sobre a história do Brasil.

[...] extrema desigualdade social, racismo e preconceito que permearam a formação histórica do Brasil, à medida que os seres humanos tinham seus direitos negados com base na cor de sua pele, onde eram excluídos e condenados pelos que detinham o poder na época.

Com o tempo, a população africana em cativeiro procurou maneiras de resistir à escravidão sistêmica que enfrentavam. Uma das formas mais eficazes de oposição foi o estabelecimento de quilombos, pequenas vilas formadas por escravos fugitivos de engenhos de açúcar e grandes fazendas. O quilombo mais notável dessas comunidades foi o "Palmares", formado na capitania de Pernambuco, situado na região da Serra da Barriga. Este notável quilombo recebeu o nome de seu líder, Zumbi dos Palmares, que se tornou um símbolo de resistência e uma luz de esperança para outros (Gelinski; Siqueira, 2014).

Os quilombos marcam a história do Brasil como sinônimo de resistência e luta de um importante grupo populacional durante um período crítico. Portanto, a sociedade da época tentou criminalizar e punir os quilombolas, que eram considerados uma ameaça à ordem vigente. Isso ficou evidente ao tentar definir o que seriam quilombos na época. Em 1722, surgiu o primeiro regime legal relacionado aos mestiços, e vinte anos depois, o Conselho Ultramarino Português definiu os mestiços como habitações em lugares não habitados, compostas por escravos fugitivos, em grupos de cinco, mesmo que não houvesse pastagens ou fazendas nas proximidades (Schmitt; Turatti; Carvalho, 2002).

De acordo com os autores:

Se a instituição legal da escravidão marcou o início da organização quilombola no país, não se pode imaginar que sua proibição tenha colocado um fim aos quilombos. Mesmo quando a escravidão se tornou ilegal, práticas opressivas continuaram a se reproduzir contra a população negra, daí a manutenção de sua resistência (Calheiros, Stadtler, 2010, p. 63).

Com o tempo, os quilombos adquiriram formas e características diferentes. A história registra a formação de muitos quilombos durante a escravidão; no entanto, muitos outros surgiram após a abolição formal da escravidão, uma vez que esse tipo de comunidade ainda

representava a única possibilidade para muitos de manterem sua liberdade (Brasil, 2013). São os chamados "quilombos remanescentes":

[...] grupos sociais que presumem ancestralidade negra e se caracterizam pela organização em torno de uma identidade étnica diferenciada. Além disso, dependem de seus territórios ancestrais para a viabilidade de sua reprodução física, social, econômica e cultural (Brandão; Jorge, 2016, p. 89).

Esses grupos procuram manter suas identidades étnicas preservadas ao longo do tempo. Essas breves considerações visam resgatar alguns aspectos históricos importantes para nos ajudar a entender como a sociedade lidava com questões relacionadas a grupos percebidos como "diferentes" e como esses grupos buscavam resistir a sistemas opressivos, como a escravidão. A luta e a resistência dos quilombolas são uma parte fundamental da história do Brasil, marcada por desafios e conquistas significativas em meio à adversidade.

Por meio de suas experiências de sobrevivência, resistência e luta por liberdade, os quilombolas demonstram a importância da preservação da cultura, da solidariedade comunitária e do respeito ao meio ambiente. Suas histórias são um lembrete vívido de que a luta por justiça e igualdade é uma parte essencial da história do Brasil e uma inspiração para as gerações futuras.

## **2.2 A articulação das mulheres negras e os processos de resistências**

Durante o período colonial, as mulheres negras enfrentavam condições extremamente opressivas. Diferentemente das mulheres negras que viviam em senzalas ou fazendas e eram designadas apenas para trabalho servil, as mulheres negras que viviam nos quilombos muitas vezes encontravam um papel mais ativo e autônomo. Nos quilombos, apesar do ambiente de constante resistência e luta pela sobrevivência, as mulheres negras tinham oportunidades mais significativas de expressar suas opiniões, participar da vida comunitária e contribuir para a resistência coletiva.

Essa diferença de papel entre as mulheres negras nos quilombos e nas fazendas, destaca a complexidade das experiências das mulheres negras durante a escravidão. Historicamente, essas mulheres foram negadas em sua capacidade de expressão e autonomia, sendo frequentemente vistas como meras servas. Munanga (2001) aponta como essa representação histórica e os estereótipos contemporâneos contribuem para a construção de discursos que limitam os espaços que as mulheres negras devem ocupar. Porém, nos quilombos, elas desempenhavam papéis mais ativos e eram fundamentais na manutenção da resistência cultural e social dessas comunidades.

No entanto, é importante destacar que, mesmo durante a escravidão, as mulheres negras, incluindo aquelas nas comunidades quilombolas, sempre responderam de forma resiliente às condições opressivas que enfrentavam. Embora as histórias oficiais tenham sido escritas e recontadas a partir da perspectiva do grupo dominante, muitas mulheres negras se rebelaram, lutaram e buscaram oportunidades para contornar o sistema de diversas formas, demonstrando uma busca explícita por mudança (Giacomini, 1988).

Em consonância com a proposta desta pesquisa, destaca-se a importância de compreender a experiência das mulheres negras nas comunidades quilombolas. Diferentemente do que ocorreu em outros contextos, nas comunidades quilombolas, as mulheres desempenharam um papel central, não apenas na manutenção das tradições culturais, mas também como líderes ativas nas lutas por direitos e reconhecimento. Este estudo visa aprofundar a compreensão sobre como essas mulheres enfrentam os desafios e resistem às opressões estruturais, ao mesmo tempo em que preservam e fortalecem sua identidade cultural e sua participação ativa na vida comunitária.

Através da abordagem qualitativa, buscamos dar voz e visibilidade às experiências e perspectivas dessas mulheres, ressaltando sua contribuição para a transformação social. Além disso, a análise dessas narrativas revela não apenas a resiliência dessas mulheres, mas também a forma como elas têm moldado ativamente as políticas públicas, o currículo e os projetos político-pedagógicos nas suas comunidades, contribuindo significativamente para o movimento feminista negro e o reconhecimento dos direitos quilombolas.

Ao longo dos tempos o povo negro se organizou para reivindicar seus direitos, dentre essa organização, ganha destaque o Movimento Negro. E a partir da década de 1970, o movimento feminista negro começou a ganhar força no Brasil. Segundo Carneiro (2002, p. 182), "[...] esse movimento de mulheres negras proporciona uma nova perspectiva, ao mesmo tempo feminista e antirracista [...]". Em crescimento constante, esse movimento teve seu apogeu nos anos 1980, período em que adquiriu maior capacidade de intervenção na sociedade brasileira.

Em 1983, foi formado o *Nzinga Black Women's Collective*, uma iniciativa que buscava trazer à tona discussões relacionadas a gênero e raça. No mesmo ano, foram estabelecidos os Conselhos Comunitários Negros em órgãos governamentais. Posteriormente, em 1988, surgiu a Associação de Mulheres Negras (GELEDES), com o propósito de proteger e defender os direitos das mulheres e dos negros, reconhecendo a discriminação e as desvantagens

enfrentadas por esses grupos no acesso a oportunidades sociais, em decorrência do racismo e do sexismo (Carneiro, 2003).

O movimento feminista negro promoveu e participou de inúmeros eventos nacionais e internacionais importantes nas décadas de 1980, 1990 e 2000, lutando por políticas públicas específicas com o objetivo de conquistar espaço social para questionar e exigir o respeito e a dignidade da mulher negra. Segundo Carneiro (2003), além de fazer da discussão do racismo, uma pauta importante para as mulheres negras, o movimento feminista negro também passou a denunciar o racismo no mercado de trabalho, a violência contra a mulher negra e a falta de preocupação com sua saúde. Além de propor uma mobilização da mídia, com o objetivo de desconstruir a representação de estereótipos e estigmas associados às mulheres negras que minam a afirmação de sua identidade racial.

Taylor (1994) em seu ensaio sobre o multiculturalismo, define o reconhecimento não como uma questão de polidez, mas sim como uma necessidade humana. É importante ressaltar que a representação negativa e depreciativa da identidade negra, causa danos reais, reforçando tanto um sentimento de auto superioridade quanto de inferioridade em relação à negritude.

A partir de 2010, iniciativas antirracistas e antissexistas direcionadas às mulheres negras começaram a ganhar força, impulsionadas, em grande medida, pela Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (SEPIR). Essas ações sinalizaram a abertura de uma nova etapa histórica, na qual o invisibilizado passava a ser reconhecido, com esforços coletivos sendo empregados para a construção de uma sociedade mais democrática também para as mulheres negras. Entretanto, essa é uma jornada que ainda demanda muitas lutas.

Porém, é importante ressaltar que a atuação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) sofreu consideráveis obstáculos durante o governo de Jair Bolsonaro, que ocorreu de 2019 a 2022. A gestão desse período foi marcada por uma série de retrocessos nas políticas voltadas para a igualdade racial. Estes retrocessos impactaram de maneira negativa a luta pelos direitos das mulheres negras e pela equidade racial no Brasil, intensificando os desafios enfrentados nesse cenário. A situação, portanto, convoca uma análise crítica acerca do papel das instituições governamentais no combate ao racismo e ao sexismo, destacando a importância de políticas consistentes e efetivas para a promoção da igualdade racial e de gênero.

O desafio do movimento negro e do movimento negro feminista é desconstruir a ideia de que no Brasil não existe discriminação e que todos têm oportunidades iguais. Mais uma vez,

o desafio é oportunizar ecos de liberdade viva, não apenas a liberdade na senzala, mas a liberdade na religião, no poder, na cultura, no conhecimento, na beleza, no reconhecimento etc. Sabemos que esta não é uma tarefa fácil, pois temos que trabalhar com base em uma sociedade racializada, preconceituosa e hierarquizada (Gonzalez, 1988).

O movimento negro tem cobrado corajosamente mudanças na legislação que garantam penas mais duras para quem discrimina, porque o mercado de trabalho às vezes tem sido muito claro em seu processo de seleção: “não aceitamos pessoas de cor”. Ou, de forma disfarçada, até recentemente exigiam boa aparência para contratar, o que significava a mesma coisa. Nascimento (1978) observou:

Com efeito, candidatos de cor, mesmo com habilitação para comércio, escritórios, cinemas, consultórios, portarias, bares, hospitais, firmas estrangeiras, e outros estabelecimentos que exigem pessoas de ‘boa aparência’, não conseguem trabalho. [...] é o preconceito de cor que se encontra em primeiro lugar como fator do desemprego, em seguida vêm a idade e a nacionalidade (Nascimento, 1978, p. 23).

Embora tenhamos observado um aumento na representação das mulheres negras em determinados cargos e funções de maior status e prestígio socioeconômico, a presença delas ainda é precária em setores como o judiciário, a política, a mídia e as universidades. Nesse sentido, a representatividade feminina negra em funções de planejamento e gerenciamento ainda é superada quase três vezes pelas mulheres brancas em diferentes partes do país. As mulheres negras estão mais propensas a encontrar trabalho em tarefas domésticas e outros empregos de baixa renda (Pinto, 2006).

Em relação à educação, em 2014, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou dados que ilustram a disparidade de acesso ao ensino superior para a população negra. As mulheres negras representavam apenas 26,2% dos que ingressam nesse nível de educação. Portanto, a busca por qualificação educacional e profissional requer muita resiliência para superar os obstáculos encontrados. Quem consegue progredir na sociedade serve de exemplo para os demais, que por um motivo ou outro se veem forçados a abandonar seus estudos (Gomes, 1995). Diante deste cenário de desvalorização e falta de oportunidades em outros setores da sociedade, a docência tem sido vista como uma oportunidade para as mulheres negras alcançarem a desejada mobilidade social e reconhecimento profissional.

Segundo Oliveira (2006), as mulheres negras que buscam o magistério fogem de cargos estabelecidos como faxineiras e empregadas domésticas. Para Gomes (1995), a educação da mulher negra tem duplo sentido pelos seguintes motivos:

[...] ser mulher negra e professora expressa uma outra maneira de ocupação do espaço público. Ocupar profissionalmente esse espaço, que anteriormente era permitido só aos homens e brancos, significa muito mais que uma simples inserção profissional. É o rompimento com um dos vários estereótipos criados sobre o negro brasileiro de que ele não é capaz intelectualmente (Gomes, 1995, p. 115).

Além disso, a autora afirma que:

[...] as mulheres negras, ao se tornarem professoras, ‘saíram do seu lugar’ [...] de empregada doméstica, de lavadeira, da passadeira, daquela que realiza serviços gerais [...] passando a ocupar uma posição que, por mais questionada que seja, ainda é vista como possuidora de status social e está relacionada a um importante instrumento: o saber formal (Gomes, 1995, p. 28-29).

Castilho (2011) aponta que é preciso um esforço quase sobrenatural para que mulheres negras do campo possam frequentar a escola, tornarem-se mulheres trabalhadoras e romper o ciclo de desvantagem social que se repete em suas histórias familiares, pois os desafios são multifacetados. Assim, ao compreender as trajetórias dessas mulheres, é possível compreender as barreiras hierárquicas impostas culturalmente pelas negações impostas a elas pelos sistemas racistas e pelos preconceitos que implicitamente as privam de suas possibilidades. É uma forma de desconstruir o discurso racista que culpa os fracassos no sucesso acadêmico, profissional ou financeiro aos negros em geral, e às mulheres negras em particular.

As mulheres quilombolas, dentro dessa discussão, apresentam uma camada adicional de complexidade à luta por justiça social, uma vez que, além de serem negras e mulheres, também carregam consigo a herança e o legado de resistência que é intrínseco às comunidades quilombolas.

Carvalho (2010) argumenta que as mulheres quilombolas são agentes essenciais na manutenção e transmissão da cultura e da identidade quilombola, desempenhando um papel fundamental na preservação das tradições, na educação das gerações mais jovens e na luta pelos direitos territoriais.

Entretanto, essas mulheres enfrentam desafios particulares que decorrem de uma interseção entre racismo, sexismo e a marginalização das comunidades rurais e tradicionais. É comum que, nas comunidades quilombolas, as mulheres tenham menos acesso à educação formal quando comparadas aos homens, seja por razões culturais ou logísticas (Santos, 2015). Essa realidade agrava ainda mais a sua condição de vulnerabilidade e limita suas oportunidades de ascensão social e econômica.

A pesquisadora Azevedo (2012) salienta que, mesmo diante desse cenário adverso, as mulheres quilombolas têm mostrado grande resiliência e têm se mobilizado para enfrentar as opressões que vivenciam, lutando por seus direitos e buscando o fortalecimento de suas comunidades. No contexto do magistério, essas mulheres são as principais responsáveis pela educação das crianças quilombolas, transmitindo os saberes tradicionais e construindo um espaço de resistência e afirmação da identidade quilombola.

Portanto, analisar as experiências das mulheres quilombolas torna-se fundamental para uma compreensão mais ampla das estratégias de resistência empregadas pelas mulheres negras no Brasil, e para o fortalecimento das políticas de promoção da igualdade racial e de gênero.

Silva (2013) propõe o conceito de definição dos habitantes da comunidade quilombola, onde fica evidente a distinção entre educação quilombola e escolarização quilombola. Segundo Silva (2013), a Educação Quilombola se refere ao acúmulo de saberes comunitários e valores culturais que precisam ser passados de geração em geração, incluindo a história de luta e resistência da comunidade, artesanato, práticas religiosas, cura por meio de plantas medicinais e a importância da luta das mulheres na construção da comunidade. Nesse sentido, a educação quilombola não se dá necessariamente somente em espaços formais de ensino, mas permeia o cotidiano e a dinâmica da vida nos diversos espaços da comunidade. Já a escolarização quilombola é entendida como a educação formal, que adota uma forma própria de educar, incorporando valores, lutas, saberes e a cultura da comunidade quilombola. Portanto, o "valor da comunidade, sua luta, seus saberes e cultura local" devem ser considerados como princípios fundamentais na escolarização quilombola (Silva, 2013, p. 3).

Nessa perspectiva, podemos dizer que a escola assume uma tarefa mais diversificada na construção do conhecimento, baseada na ação coletiva e participativa, remodelando assim o espaço escolar. A construção do conhecimento, por ser coletiva, requer a prática de ouvir o outro, valorizando isto ou aquilo, reconhecendo saberes que não são escritos, mas lidos por meio de outras ferramentas muitas vezes alheias às escolas, como, por exemplo, a fala dos mais velhos. “É entender-se como parte de um todo, não o todo em si” (Silva, 2013, p. 89). Ou seja, é preciso romper os limites estabelecidos pelo sistema educacional de universalização de saberes únicos, e utilizar a educação como ferramenta de proteção dos direitos individuais e coletivos dos quilombolas.

Castilho (2011) define este tipo de escolarização como uma força inclusiva ao serviço da convivência igualitária das pessoas na sociedade, um bem simbólico, e “um espaço social

valioso para a produção e circulação de signos e experiências: conhecimentos formais e culturais específicos, que pressupõem a visão de uma pedagogia cívico-democrática" (Castillo, 2011, p. 144).

Castilho (2011) oferece uma visão sobre o papel da educação escolar, particularmente em contextos como o da educação quilombola. Segundo Castilho, a educação é vista não apenas como um processo de transmissão de conhecimento, mas também como um bem simbólico e um espaço social vital para a produção e circulação de experiências culturais e conhecimentos específicos. Esta visão ressalta a importância de uma pedagogia cívico-democrática, que promove a convivência igualitária na sociedade.

No contexto da educação escolar quilombola, essa perspectiva de Castilho é particularmente relevante. As escolas nas comunidades quilombolas não são apenas locais de aprendizado formal; elas são espaços cruciais para a preservação e transmissão da cultura quilombola, onde os conhecimentos tradicionais e as experiências culturais são valorizados e integrados ao currículo formal. Isso reflete uma abordagem educacional que reconhece e celebra a diversidade, promovendo a inclusão e a igualdade.

Ao incorporar a visão de Castilho na análise deste estudo, podemos entender melhor como a educação quilombola atua como um pilar para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Através da educação, as comunidades quilombolas conseguem fortalecer sua identidade cultural, ao mesmo tempo em que preparam seus membros para participar ativamente da sociedade mais ampla. Assim, a educação escolar quilombola, ao seguir os princípios de uma pedagogia cívico-democrática, torna-se um instrumento poderoso de empoderamento e resistência cultural.

### **2.3 Políticas públicas de atenção às comunidades Quilombolas**

A Constituição Brasileira de 1988 serve como base legal para garantir e salvaguardar os direitos de todo cidadão brasileiro, sem exceção. Esse momento importante da história permitiu que comunidades antes marginalizadas, como quilombolas e indígenas, ganhassem maior visibilidade perante a lei e se beneficiassem de políticas públicas.

No artigo 68, a Constituição brasileira (1988) garante às comunidades quilombolas o direito de possuir suas terras e receber títulos do Estado. Além disso, o Artigo 216 protege o patrimônio cultural relacionado aos antigos quilombos. Apesar dessas disposições constitucionais, Brandão e Jorge (2016) observam que interesses políticos têm impedido o acesso a esses direitos para as populações quilombolas contemporâneas. A dificuldade em

definir quem se enquadra na lei como quilombola, retardou o avanço para o consenso e dificultou a busca por justiça para essas comunidades.

Em 2001, o Decreto nº 3.912 foi implementado para regular a identificação e titulação de terras quilombolas no Brasil, sob a supervisão da Fundação Cultural Palmares. Este decreto foi substituído em 2003 pelo Decreto nº 4.887, que introduziu mudanças significativas, como a adoção da autodefinição das comunidades para facilitar o reconhecimento e a titulação, maior autonomia da Fundação Cultural Palmares no processo de certificação das comunidades quilombolas, e a simplificação e agilização dos procedimentos de titulação das terras. Estas mudanças buscaram tornar o acesso aos direitos territoriais mais eficiente e inclusivo para as comunidades quilombolas.

A Constituição Federal de 1988 reconhece a todos os cidadãos o direito à igualdade de condições de vida, à cidadania e ao acesso à cultura nacional. O Programa Brasil Quilombola foi criado em 2004 para estender esses direitos às comunidades quilombolas e garantir que sejam respeitados. Esse programa deu origem à Agenda Social Quilombola por meio do Decreto nº 6.261/2007. A agenda visa melhorar a qualidade de vida das comunidades quilombolas com foco no acesso à terra, infraestrutura, inclusão produtiva, desenvolvimento local e cidadania.

Vale destacar que a educação é um elemento importante nas políticas públicas direcionadas à comunidade quilombola. A Lei nº 10.639, promulgada em 2003, estipula que a história e a cultura afro-brasileira e africana sejam ensinadas na Educação Básica. A lei ressalta a importância de educar as novas gerações sobre a história do povo negro. A Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola no ensino básico, que estrutura a educação escolar para a população quilombola no país (Brasil, 2012).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola visam garantir uma educação que seja inclusiva e representativa da diversidade cultural quilombola. Elas orientam a construção de currículos que integram conhecimentos tradicionais quilombolas, práticas culturais e histórias locais, contribuindo para a preservação da memória e identidade dessas comunidades. Além disso, enfatizam a importância de desenvolver uma pedagogia que seja contextualizada e adaptada às realidades específicas de cada comunidade quilombola, promovendo assim uma educação significativa e relevante.

A implementação dessas diretrizes representa um passo significativo na promoção da equidade educacional para as comunidades quilombolas, contribuindo para o reconhecimento e a valorização de sua cultura e história, além de fortalecer seus direitos como cidadãos. Essa abordagem educacional é fundamental para o desenvolvimento integral das comunidades quilombolas e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

## **2.4 O currículo da escola quilombola**

Se o objetivo é analisar como se dá a escolarização nas escolas quilombolas, em nenhum lugar isso fica mais evidente do que no currículo dessa escola. Dado que as comunidades estão em processo de reconhecimento do seu território, as escolas estão, por sua vez, no processo inicial de adoção dessa identidade e de estabelecimento de um currículo adaptado aos interesses comunitários.

A vida social ou a vida do mundo social não é outra coisa senão o conjunto de ações e das reações tendentes a conservar ou transformar a estrutura, ou seja, a distribuição dos poderes que a cada momento determina as forças e as estratégias utilizadas na luta pela transformação ou a conservação e em consequência, as possibilidades que essas lutas têm de transformar ou de perpetuar a estrutura (Bourdieu, 1994, p. 40).

Considerando o discurso acima de Bourdieu, o currículo é a soma de todos os tipos de aprendizagem e ausências que os alunos recebem como resultado de sua educação, e o currículo tem um papel fundamental na construção de uma identidade comunitária, preenchendo-a com temas. É preciso, ao analisar o currículo da escola, levar em consideração principalmente toda a diversidade cultural ali estabelecida.

Nesta análise, é importante primeiro apresentar alguns conceitos como base para nossa discussão. Refiro-me primeiramente a Castilho (2011, p. 163), que afirma que o currículo é uma "construção cultural, uma forma de organizar a prática educativa tendo em vista importantes relações de poder, identidade, conhecimento, resistência e conflito.

Castilho também afirma que o currículo formal das instituições escolares não é pensado para alunos negros, mas é baseado na sociedade branca, burguesa e masculina, baseada em valores raciais e culturais dominantes (Castilho, 2011, p. 166).

Ao levar em consideração a grande diversidade cultural nas escolas situadas em territórios quilombolas, Moura (2005) destaca o desafio de desenvolver ambientes educacionais que valorizem múltiplas identidades. Essas escolas integram a população brasileira e, através

de um currículo que permite aos alunos conhecer suas origens, promovem o reconhecimento de si mesmos como brasileiros.

Diante da constatação de que o currículo escolar muitas vezes não leva em consideração a experiência e o contexto sociocultural dos alunos, impondo-se como a única forma de aquisição do conhecimento formal, Moura (2005) aborda a existência de um “currículo invisível”. Este currículo invisível permite a afirmação positiva da identidade de pertencimento a um grupo social de maneira informal e não articulada, operando dentro do contexto das normas socioculturais da comunidade (Moura, 2005).

A falta de reconhecimento e valorização dos conhecimentos e experiências dos alunos pode resultar em uma marginalização das identidades culturais. Portanto, é fundamental questionar se a invisibilidade do currículo é realmente benéfica e se a escola está realmente promovendo uma educação inclusiva e valorizando a diversidade cultural.

A ideia do "currículo invisível", proposta por Moura (2005), descreve aprendizados informais e não estruturados dentro do ambiente escolar, influenciados por interações sociais e experiências pessoais dos alunos. Este currículo contrasta com o formal, imposto pelas instituições educacionais, e pode promover a afirmação da identidade de alunos, especialmente de grupos marginalizados, ao permitir a expressão de suas culturas e histórias. Contudo, essa abordagem requer cautela, pois pode reforçar desigualdades e preconceitos se não for adequadamente orientada. Além disso, depender somente do currículo invisível pode levar à negligência institucional da diversidade no currículo formal. Assim, é essencial que as escolas integrem as experiências e identidades dos alunos no currículo formal para uma educação mais inclusiva e representativa.

Portanto, ao discutir a afirmação da identidade em contextos educacionais, é essencial avaliar como as práticas informais, que ocorrem naturalmente no ambiente escolar, estão alinhadas com os objetivos de uma educação inclusiva e representativa. Essas práticas informais englobam interações sociais, compartilhamento de experiências culturais e pessoais, formação de grupos de alunos e iniciativas autônomas lideradas pelos estudantes. Embora essas práticas possam ser valiosas para a afirmação da identidade dos alunos, é fundamental que as escolas reconheçam e valorizem essas dimensões não estruturadas de aprendizado. Isso pode ser alcançado por meio da integração deliberada e explícita dessas práticas no currículo escolar. Isso inclui o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que conectem o currículo formal com as experiências dos alunos, a promoção de atividades extracurriculares que celebrem a

diversidade e a criação de espaços de diálogo para discutir questões de identidade e cultura. Ao adotar essas abordagens, as escolas podem garantir que a educação seja um espaço inclusivo e representativo, onde todas as identidades e experiências dos alunos são reconhecidas, valorizadas e integradas de maneira significativa.

A ideia do "currículo invisível" refere-se a aprendizados não estruturados e não reconhecidos oficialmente que ocorrem informalmente no ambiente escolar, como interações sociais e trocas culturais entre alunos. Essas práticas informais, embora valiosas, podem ser limitadas em promover a diversidade e inclusão. Portanto, é essencial repensar o papel da escola e dos educadores, promovendo um currículo que ativamente reconheça e incorpore as perspectivas culturais e experiências dos alunos, visando uma educação mais inclusiva e equitativa. Isso requer estratégias deliberadas para integrar as identidades dos alunos no currículo formal de maneira explícita.

Portanto, Moura (2005) nos instiga a repensar o currículo escolar, destacando a importância de valorizar as identidades e conhecimentos dos alunos. No entanto, é crucial avançar além do conceito de "currículo invisível" e adotar uma abordagem educacional que promova ativamente a inclusão, a diversidade e o reconhecimento de todas as formas de conhecimento. Isso pode ser alcançado por meio da implementação de estratégias pedagógicas que envolvam os alunos em discussões significativas sobre suas experiências culturais, histórias pessoais e perspectivas únicas. Além disso, a inclusão de temas e abordagens diversas no currículo formal, juntamente com a formação de educadores sensíveis à diversidade, são passos essenciais para garantir uma educação mais equitativa e representativa.

## **2.5 O projeto político pedagógico e a prática**

Refletir sobre os valores incorporados nos materiais utilizados em sala de aula faz pensar que não basta discutir os problemas curriculares que existem nas escolas. É preciso levar a sério os valores, as percepções de professores e alunos sobre os negros. São valores revelados na prática, e para uma escolarização antirracista, que precisam ser examinados e levados em consideração.

Segundo Gadotti (2001), a palavra projeto vem do verbo projetar, que implica avançar e trazer consigo a ideia de movimento e mudança. Nessa perspectiva, os projetos pedagógicos representam o elo entre o presente e o futuro, conforme definido por Veiga (2005). A autora destaca que os projetos são fontes de dinamismo e ferramentas indispensáveis para a ação e a transformação.

Então podemos dizer que a palavra projeto remete à ideia de ação deliberada e sistemática. Segundo Gadotti (*apud* Veiga, 2001, p. 18), cada projeto pressupõe uma ruptura com o presente e uma promessa para o futuro. Projeção significa “tentar sair da zona de conforto para correr riscos, passar por um período de instabilidade e buscar a estabilidade com base na promessa de que cada projeto conterà um estado melhor do que o presente”. Dessa forma, um programa educacional, no nosso caso a escola quilombola, pode ser visto como uma possibilidade de ruptura.

Ao tratar de projetos educativos, André (2001) afirma que estes devem expressar a reflexão e o trabalho coletivo de todos os profissionais da escola, visando atender às diretrizes do sistema educacional nacional, bem como às necessidades específicas da comunidade local e dos alunos. É por meio desses projetos que se busca realizar a identidade da escola, ou seja, fortalecer sua identidade própria, sua missão e valores, tornando-a única e reconhecida pela comunidade. Além disso, o objetivo é também proporcionar garantia de ensino de qualidade, oferecendo uma educação que seja significativa e que atenda às demandas e expectativas dos estudantes, preparando-os para a vida e para o exercício da cidadania.

Conforme explicam André (2001) e Veiga (1998), os programas de ensino têm duas dimensões: a política e a pedagógica. É "política no sentido de que se compromete a produzir cidadãos para uma sociedade" (André, 2001, p. 189), e é pedagógica na medida em que "valida o cidadão intencional, participativo, formado, responsável da escola, firme, crítico e criativo" (Veiga, 1998, p. 12). Esta última dimensão tenta definir o comportamento educativo da escola, visando a concretização dos seus fins e intenções. Assim, "desde que realizada como prática pedagógica específica, a dimensão política é satisfeita" (Saviani *apud* Veiga, 2001, p. 13).

Quando se trata do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Quilombola, a educação das relações étnico-raciais deve ser um de seus elementos estruturantes:

Trabalhar com a cultura negra, na educação de um modo geral e na escola em específico, é considerar a consciência cultural do povo negro, ou seja, é atentar para o uso auto-reflexivo dessa cultura pelos sujeitos. Significa compreender como as crianças, adolescentes, jovens, adultos e velhos negros e negras constroem, vivem e reinventam suas tradições culturais de matriz africana na vida cotidiana (Gomes, 2003, p. 79).

Respeitando a autonomia dos sistemas e estabelecimentos de ensino para compor os projetos pedagógicos e o currículo dos estados e municípios para o cumprimento das Leis 10639/03 e 11645/08, é imprescindível a colaboração das comunidades em que a escola está inserida e a comunicação com estudiosos e movimentos sociais para que subsidiem as discussões e construam novos saberes, atitudes, valores e posturas. (Brasil, 2004).

Segundo Vasconcellos (2006), o quadro referencial delinea a identidade, visão de mundo, objetivos e compromissos da escola para alcançar os resultados desejados. Serve para expressar o sentido e o propósito do trabalho da instituição e orienta os esforços de planejamento.

A definição do referencial teórico, neste contexto, refere-se à abordagem pedagógica adotada pela escola, que pode ser baseada em teorias específicas de educação, como as de Paulo Freire, por exemplo. Esse referencial possibilita uma compreensão mais profunda da realidade da escola, traçando uma linha de ação e uma fundamentação teórica que embasam as práticas educativas em sua totalidade. Ao adotar um referencial teórico claro, a instituição é capaz de articular os objetivos da escola e as finalidades educativas de maneira mais eficaz, refletindo sobre a sociedade que se pretende construir e os princípios que norteiam o trabalho da escola e os participantes do processo educativo.

Essa abordagem é particularmente relevante quando consideramos escolas em comunidades quilombolas ou outras comunidades marginalizadas. Um referencial teórico que enfatize a valorização da cultura local, a inclusão e a justiça social pode ser fundamental para desenvolver práticas educativas que reconheçam e respeitem as identidades dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizado mais inclusivo e representativo.

Definir propósitos claros é fundamental, pois eles oferecem um roteiro para a jornada à frente e estabelecem os objetivos que orientam o trabalho. Veiga (1995) enfatiza que deve haver uma decisão coletiva sobre o que a escola pretende reforçar e como especificar os propósitos para alcançar a cidadania desejada. Esse processo dialético permite à instituição avaliar sua realidade, traçar táticas e considerar os propósitos e intenções educacionais que busca atingir.

A discussão de Gandin (2013) sobre o quadro referencial é um aspecto chave na compreensão das práticas educativas e está estruturada em torno de três eixos principais: os quadros situacional, doutrinário e operacional. O 'quadro referencial' refere-se ao conjunto de conceitos e abordagens teóricas que fundamentam as práticas educativas e o planejamento pedagógico dentro de uma instituição.

**Quadro Situacional:** Este eixo adota uma abordagem abrangente para examinar a realidade educativa. Ele visa analisar a educação dentro do contexto mais amplo da instituição e da sociedade, fornecendo uma visão geral da realidade em que a escola está inserida. Como

apontado por Vasconcellos (2006, p. 183), o objetivo desse referencial é oferecer um panorama da situação educacional, considerando fatores externos e internos que influenciam a instituição.

**Quadro Doutrinário:** Esse eixo se concentra nas crenças, valores e princípios que orientam a missão e a visão da instituição educacional. Ele reflete sobre as ideologias e os fundamentos teóricos que embasam as decisões educacionais e pedagógicas, orientando a formação de uma identidade institucional coerente e alinhada com seus objetivos.

**Quadro Operacional:** Este eixo aborda as estratégias práticas e as ações concretas que são implementadas para alcançar os objetivos educacionais da instituição. Inclui a organização do currículo, métodos de ensino, avaliação e outras práticas pedagógicas, visando a operacionalização efetiva do projeto educativo da escola.

Ao refletir sobre questões políticas e sociais que impactam a educação e a sociedade como um todo, esta estrutura fornece uma compreensão mais profunda da educação dentro de seu contexto mais amplo, permitindo uma análise crítica e abrangente das práticas educativas.

Para funcionar efetivamente, a instituição deve se fundamentar no ambiente atual e levar em conta os costumes locais, a organização espacial e os estilos de vida únicos daqueles a quem atende. Além disso, o diálogo frutífero deve ser incentivado para facilitar a compreensão das diferenças, adaptar-se às mudanças e determinar a posição do coletivo.

Por meio de debates sobre processos sociais, políticos e pedagógicos, torna-se possível a formação de um arcabouço filosófico. Essa estrutura define os objetivos e ideais gerais da instituição. Como enfatiza Vasconcellos (2006, p. 183),

É por meio do levantamento e discussão da fundamentação e fundamentação teórica que o grupo assume a proposta da sociedade, da pessoa e da educação. Isso sustenta e orienta o projeto político-pedagógico e as ações da instituição, que expressam os ideais do grupo. Nesta fase, surgem os debates sobre as visões do homem e da sociedade, bem como a abordagem desejada para a escolarização e formação.

Vasconcellos (2006) descreve um quadro operacional que corre paralelo a dois eixos, delineando os ideais, as propostas e os critérios de atuação de uma instituição. Segundo Gandin (2013), esse quadro é um caminho para alcançar a utopia. Ele fornece à escola e à comunidade uma plataforma para expressar seus desejos, expectativas e necessidades para o futuro. Com planejamento e intencionalidade cuidadosos, essa estrutura pode servir como base para progresso e melhoria contínua.

A participação ativa da comunidade em todos os aspectos do quadro de referência é importante. Isso permite que os indivíduos reinterpretem suas experiências, façam uma introspecção sobre suas ações e atualizem seus valores por meio da interação com os outros. O objetivo final é fortalecer a identidade, estabelecer relações cordiais e abrir caminho para novas formas de ação para transformar o coletivo escolar e comunitário.

Vasconcellos (2006) postula que o quadro de referência desempenha duas funções críticas no contexto educacional. Em primeiro lugar, ele estabelece a identidade da instituição, fornecendo uma visão clara de sua missão, valores e princípios. Essa definição identitária é essencial para orientar todas as ações e decisões da escola, proporcionando uma base sólida para o desenvolvimento de seu projeto político-pedagógico.

Em segundo lugar, o quadro de referência estabelece as bases para o desenvolvimento e implementação da segunda etapa do projeto político-pedagógico, que é o diagnóstico. Esse diagnóstico consiste em uma análise aprofundada das características e necessidades específicas da comunidade local e do corpo discente da escola. É por meio desse processo de diagnóstico que a escola pode identificar as demandas e desafios enfrentados pelos estudantes quilombolas, assim como as potencialidades e recursos disponíveis na comunidade.

No contexto das escolas quilombolas, é fundamental que o quadro de referência e o projeto político-pedagógico sejam sensíveis às particularidades culturais, históricas e sociais dessas comunidades. A valorização da identidade quilombola, a promoção da igualdade racial e a superação das desigualdades educacionais devem ser pilares fundamentais nesse processo. Dessa forma, o quadro de referência e o projeto político-pedagógico podem contribuir para o fortalecimento e o empoderamento das escolas quilombolas, garantindo uma educação de qualidade que valorize a diversidade e promova a inclusão.

## **2.6 Considerações finais**

Este estudo, exploramos a complexidade das identidades e experiências das mulheres quilombolas. Destacamos como cada mulher, dentro de sua comunidade e contexto, vivência e interpreta sua identidade de maneiras únicas. Em meio a um histórico de exclusão social, sexismo e racismo, essas mulheres assumem suas diferenças e desempenham papéis fundamentais nas suas comunidades e no cenário político mais amplo.

Uma das principais discussões deste estudo centrou-se na articulação das mulheres negras e seus processos de resistência. Observamos que, apesar dos desafios históricos e contemporâneos, as mulheres quilombolas têm sido agentes ativos de mudança e resistência.

Utilizam sua cultura e identidade como ferramentas de luta e afirmação, rejeitando as estruturas de poder dominantes e reivindicando seus direitos territoriais e identitários.

Durante nossa revisão bibliográfica, destacamos a importância da articulação entre as políticas públicas, o movimento feminista negro e o contexto educacional para fortalecer a identidade quilombola. As práticas educativas, os currículos e os projetos político-pedagógicos nas comunidades quilombolas emergiram como áreas críticas que refletem as dinâmicas de poder e resistência. Nesse sentido, enfatizamos a necessidade de políticas públicas que reconheçam e valorizem as identidades e culturas das mulheres quilombolas.

O currículo escolar e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) desempenham um papel fundamental na formação da identidade dos povos quilombolas. Essas ferramentas educacionais podem ser usadas tanto para a inclusão e valorização das identidades dos alunos quanto para a perpetuação de desigualdades e preconceitos. Portanto, é essencial que as escolas busquem maneiras de incorporar as experiências e identidades das mulheres quilombolas de forma mais explícita e intencional no currículo formal, garantindo uma educação mais inclusiva e representativa.

Este estudo contribui para a compreensão mais ampla das experiências das mulheres quilombolas, enfatizando a necessidade de políticas públicas que reconheçam e valorizem suas identidades e culturas. As reflexões aqui apresentadas convidam à continuidade da discussão sobre a interseccionalidade de raça, gênero e classe e como essas categorias influenciam a vida das mulheres quilombolas.

A luta das mulheres quilombolas é um testemunho de resiliência e determinação em face de desafios históricos e contemporâneos. Suas experiências únicas moldam suas identidades pessoais e coletivas, resultando em uma diversidade de interpretações do que significa ser quilombola. Esta complexidade de vivências é fruto de fatores históricos, culturais, sociais e políticos que se entrelaçam em suas vidas.

Em um contexto marcado pela exclusão social, sexismo e racismo, as mulheres quilombolas assumem suas diferenças e desempenham papéis fundamentais. Elas se tornam "sinais contingentes" em diferentes situações políticas, resistindo às estruturas de poder dominantes e reafirmando suas identidades e direitos territoriais e identitários. A força dessas mulheres é visível nas narrativas que permeiam suas vidas.

É essencial compreender que as identidades das mulheres quilombolas são moldadas por uma interseção complexa de raça, gênero e classe. Essa interseccionalidade é uma lente

poderosa para analisar suas vidas, destacando como suas experiências são permeadas por desafios e lutas diárias.

A dinâmica de aceitação e acolhimento da identidade negra e quilombola é uma forma de resistência e negociação dessas comunidades com a subjugação que enfrentam há gerações. Reavaliar a herança cultural, incluindo práticas religiosas e festividades, torna-se uma ferramenta política poderosa para afirmar a identidade e preservar os direitos territoriais e identitários.

As mulheres quilombolas desafiam pressupostos e persistem através de obstáculos, criando uma narrativa de existência e uma história que renovam as relações sociais e as subjetividades. Sua resistência não apenas preserva sua cultura, mas também contribui para a compreensão mais ampla da diversidade e complexidade da experiência humana.

Portanto, as mulheres quilombolas são agentes ativos de mudança, resiliência e determinação. Suas identidades são moldadas por uma interseção complexa de raça, gênero e classe, refletindo as complexidades de suas vidas. Sua luta não apenas afirma sua identidade, mas também contribui para uma sociedade mais justa e igualitária.

## 2.7 Referências

ALCÂNTARA FILHO, José Luiz; FONTES, Rosa Maria Olivera. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, jul./dez 2009.

ALMEIDA, Alfredo. Os quilombos e as novas etnias: é necessário que nos libertemos de definições arqueológicas”. In: *Anais da 21ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia*. Vitória: Mimeo, 1998.

APPLE, Michael W. Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa; SILVA, Tomas Tadeu da (Org.); *Currículo, cultura e sociedade*. Tradução: Maria Aparecida Baptista. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 39-58.

ARROYO, Miguel G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2007.

BOURDIEU, Pierre; SACRISTÁN, J. Gimeno. Currículo e Diversidade Cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antônio Flávio (Org.). *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 82-113.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria de ação*. Campinas: Papirus, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *Trabalhos e Projetos*. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, jun. 2006.

BRANDÃO, André Augusto; JORGE, Amanda Lacerda. Estado e comunidades quilombolas no pós-1988. *Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 22, n. 1, p. 71-103, 2016.

BRANDÃO, Carlos. Os Professores Leigos. *Revista em Aberto*, Brasília, ano 5, n. 32, p. 13-15, out./dez. 1986.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. *Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003*. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. *Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003*. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. *CRAS garante proteção social a famílias indígenas*. Brasília: MDS, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, set./dez. 2003.

CASTILHO, Suely Dulce de. *Quilombo contemporâneo: educação, família e culturas*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

CASTILHO, Suely Dulce de. Sobre os saberes construídos no processo de socialização: os líderes do Movimento Estudantil da UFMT. Cuiabá. In: NOZAKI, Izumi (Org.). *Socialização, Educação, Linguagem: códigos e contextos*. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FIABANI, Adelmir. *Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FILICE, Renísia Cristina Garcia. *Raça e classe na gestão da educação básica brasileira*. 2010. 326 f. Tese (Doutorado em Educação) –Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade de Brasília. Brasília.

FOUCAULT, Michel. *A vontade de saber*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *Pedagogia: diálogo e conflito*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GELINSKI, Angela Maria; SIQUEIRA, Rosangela Bujokas. *Etnia quilombola e políticas públicas: lutas e conquistas no Paraná*. In: *Anais do 6º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais e 2º Seminário de Direitos Humanos*. Paraná: Unioeste, 2014.

GELINSKI, Angela Maria; SIQUEIRA, Rosangela Bujokas. *Etnia Quilombola e Políticas Públicas: lutas e conquistas no Paraná*. Toledo, PR: [s. n.], 2014.

GIACOMINI, Sônia Maria. *Mulher escrava: uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

GOMES, Monica Araújo. *Filhos de ninguém? Um estudo das representações sociais sobre família de adolescentes em situação de rua*. 2003. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação Especial*, São Paulo, n. 21, p. 40-51, 2002.

GONZALES, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*, 1988.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais* Belo Horizonte: EDUFMG, 2013.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e Diferença*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103-133.

LARROSA, Jorge. Para que servem os estrangeiros? *Educação e Sociedade*, Campinas, n. 79, p. 67-84, 2002.

MARCONDES, Mariana Mazzino et al. (Org.). *Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília, DF: Ipea, 2013.

MÜLLER, Maria Lúcia R.; PAIXÃO, Lea Pinheiro. *Educação, Diferenças e Desigualdades*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2006.

MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo na escola*. 2. ed. Brasília, DF: MEC, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Educação e diversidade cultural. *Cadernos Penesb*, Niterói, n. 10, 2008-2010.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, Iolanda de. Espaço docente, representações e trajetórias. In: OLIVEIRA, Iolanda de (Org.). *Cor e Magistério*. Rio de Janeiro: Quartet: EDUUFF, 2006.

PINTO, Regina Pahin. Movimento negro e educação do negro: ênfase na identidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 80, p. 41-50, 1992.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Tradução: Elcio Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp. 2011.

RAGO, Margareth. O corpo exótico, espetáculo da diferença. *Revista Eletrônica Labrys*, [s. l.], jan./jun. 2008.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Ana Rita Santiago da. *Projeto Educacional do Quilombo Asantewa: uma alternativa possível?* Salvador: UNEB, 2005.

SILVA, Carolina Joana da. *No ritmo das águas do pantanal*. São Paulo: USP, 1995.

SILVA, Petronilha Beatriz Goncalves e. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília, DF: MEC, 2005.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo*. Tradução: Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.

## Mulheres quilombolas: liderança, educação e valorização cultural nas comunidades quilombolas

### Quilombola women: leadership, education, and cultural appreciation in quilombola communities

**Resumo:** Este artigo aborda a importância da liderança feminina nas comunidades quilombolas, com foco na Comunidade de Vila Nova dos Poções, quilombo do Gortuba. O objetivo foi analisar o percurso na educação escolar quilombola das professoras quilombolas e refletir sobre as práticas culturais e experiências de vida que permeiam o exercício da docência. A metodologia envolveu a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com onze professoras quilombolas. As participantes da pesquisa são mulheres quilombolas que atuam como professoras na Comunidade de Vila Nova dos Poções. Os resultados revelaram que as professoras quilombolas desempenham um papel fundamental na promoção da educação escolar quilombola, na preservação das práticas culturais e na luta por direitos. Elas enfrentam desafios, como a falta de infraestrutura adequada e o reconhecimento limitado de sua liderança. No entanto, através de sua atuação engajada, elas conquistam espaços de fala e se tornam referências para suas comunidades. A liderança feminina das professoras quilombolas tem um impacto significativo na valorização da cultura quilombola, no fortalecimento das identidades e na promoção da igualdade de gênero e racial. Suas ações incluem a realização de projetos e iniciativas que visam resgatar e valorizar as tradições quilombolas, promover a autoestima das comunidades e combater o racismo e a discriminação. Este estudo ressalta a importância da liderança feminina nas comunidades quilombolas e destaca as conquistas e desafios enfrentados pelas professoras quilombolas no exercício da docência. A valorização dessas lideranças é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a cultura quilombola seja reconhecida e valorizada em toda sua diversidade.

**Palavras-chave:** Liderança Feminina. Comunidades Quilombolas. Educação Escolar Quilombola. Valorização da Cultura. Igualdade de Gênero e Racial.

**Abstract:** This article discusses the importance of female leadership in quilombola communities, focusing on the Vila Nova dos Poções Community, in the Gortuba quilombo. The goal is to analyze the journey through quilombola school education of quilombola teachers, to reflect on the cultural practices and life experiences that permeate the exercise of teaching, to identify their forms of participation in the struggle for rights, and to discuss the consolidation of female leadership and the importance of "speaking spaces" for quilombola women through teaching. The methodology involved collecting data through semi-structured interviews with nine quilombola teachers and participant observation. The research participants are quilombola women who work as teachers in the Vila Nova dos Poções Community. The results revealed that quilombola teachers play a fundamental role in promoting quilombola school education, preserving cultural practices, and fighting for rights. They face challenges, such as inadequate infrastructure and limited recognition of their leadership. However, through their engaged performance, they conquer speaking spaces and become references for their communities. The female leadership of quilombola teachers has a significant impact on the appreciation of quilombola culture, the strengthening of identities, and the promotion of gender and racial equality. Their actions include carrying out projects and initiatives aimed at rescuing and

valuing quilombola traditions, promoting the self-esteem of the communities, and combating racism and discrimination. This study highlights the importance of female leadership in quilombola communities and emphasizes the achievements and challenges faced by quilombola teachers in the exercise of teaching. The valorization of these leaders is essential for building a fairer and more egalitarian society, where quilombola culture is recognized and valued in all its diversity.

**Keywords:** Female leadership, Quilombola Communities, Quilombola School Education, Cultural Valorization, Gender and Racial Equality.

### 3.1 Introdução

Historicamente os diversos agrupamentos sociais, povoados, comunidades, cidades, estados ou países têm sido predominantemente liderados por figuras masculinas. O patriarcado, juntamente com traços eurocêntricos e racistas, tem deixado uma marca indelével na organização de muitas instituições e grupos sociais em nossa sociedade, atuando em níveis que variam do local ao internacional. Mesmo em pequenas comunidades, nas quais as relações são caracterizadas por um alto grau de intimidade, vínculos emocionais, comprometimento moral e coesão social, ainda é possível identificar resquícios do patriarcado (Mocellin, 2011)

O conceito de comunidade, embora controverso nas ciências sociais, evoca, em geral, uma acepção positiva, associada à ideia de união e construção de laços de reciprocidade. Quando se trata de comunidades quilombolas, os laços de pertencimento são uma característica marcante. No entanto, é fundamental discutir o papel das mulheres, em particular das professoras, na formação e fortalecimento da identidade desses grupos. As professoras foram escolhidas como objeto de pesquisa devido ao papel central que desempenham na educação escolar quilombola, que por sua vez exerce uma influência na organização da comunidade.

Neste contexto, a liderança das professoras quilombolas podem ser compreendida a partir do papel que ocupam dentro do ambiente escolar e educacional. É importante destacar que essa liderança não se assemelha à autoridade autoritária ou despótica, mas sim representa uma forma de autoridade conquistada por meio de sua dedicação e da história que compartilham com a comunidade.

A liderança feminina desempenha um papel importante nas comunidades quilombolas, contribuindo significativamente para a valorização da cultura, a promoção da igualdade racial e o fortalecimento das lutas por direitos. As mulheres quilombolas ocupam posições de destaque nas esferas educacionais, sociais, culturais e políticas, sendo consideradas referências para suas comunidades e agentes de mudança.

Este artigo tem como objetivo principal analisar o percurso das professoras quilombolas na educação escolar quilombola, refletir sobre as práticas culturais e experiências de vida que permeiam o exercício da docência, identificar suas formas de participação na luta por direitos e discutir a consolidação da liderança feminina. A compreensão da trajetória dessas professoras, suas práticas culturais, envolvimento na luta por direitos e o fortalecimento de sua liderança é fundamental para valorizar suas contribuições, destacar os desafios que enfrentam e buscar estratégias que contribuam para o seu reconhecimento e fortalecimento.

Além disso, por meio da análise dos dados coletados, este estudo visa oferecer insights que possam auxiliar na formulação de políticas públicas mais eficazes, capazes de valorizar a liderança feminina nas comunidades quilombolas e promover a igualdade de gênero e racial. Espera-se também que este trabalho inspire outras pesquisas e ações voltadas para o fortalecimento das mulheres quilombolas e de suas comunidades.

### **3.2 Metodologia**

A coleta de dados para este estudo sobre liderança feminina nas comunidades quilombolas foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com 11 professoras quilombolas. As entrevistas foram conduzidas de forma presencial, garantindo um ambiente acolhedor e propício para a livre expressão das participantes. As perguntas abordaram temas relacionados à trajetória educacional, experiências de liderança, práticas culturais e participação nas lutas por direitos nas comunidades quilombolas.

As participantes da pesquisa foram 11 professoras que fazem parte da Comunidade Quilombola de Vila Nova dos Poções, localizada na cidade de Janaúba, no norte de Minas Gerais, e que atuam na Escola Estadual Julião Mendes. A escolha dessas participantes seguiu um critério intencional, levando em consideração fatores como experiência na docência, envolvimento em atividades comunitárias e representatividade dentro das comunidades quilombolas. Dessa forma, foram escolhidas para a pesquisa professoras que pudessem garantir uma diversidade de idade, formação educacional e tempo de atuação como professoras quilombolas.

Para fins de anonimato e organização dos dados, as participantes serão nomeadas como "Entrevistada 01", "Entrevistada 02", e assim sucessivamente até "Entrevistada 11". Esta nomenclatura permitirá uma referência clara e sistemática às respostas e experiências compartilhadas por cada uma delas durante a pesquisa.

É relevante destacar que, na escola em questão, há um total de 66 funcionários, dos quais 41 são professores, incluindo 8 homens e 33 mulheres. Dentro desse grupo de professoras, 27 são quilombolas. Além disso, 11 professores que atuam na escola residem na própria comunidade quilombola. Entre esses professores residentes na comunidade, estão incluídas algumas das professoras que foram entrevistadas para este estudo, o que proporcionou uma perspectiva enriquecedora e contextualizada sobre a vivência e a dinâmica da educação na comunidade quilombola.

A metodologia utilizada baseou-se nos princípios da história oral, seguindo as abordagens de autores como Alessandro Portelli (1981) e Paul Thompson (1978). A entrevista semiestruturada foi temática, permitindo uma investigação aprofundada dos aspectos relevantes. Esta abordagem possibilitou uma compreensão mais profunda das experiências, percepções e contribuições das professoras quilombolas, tanto no âmbito educacional quanto no contexto mais amplo das suas vidas na comunidade.

### **3.3 Análise dos dados**

A partir das análises dos dados coletados, foi possível identificar a presença marcante da liderança feminina na comunidade quilombola. As professoras quilombolas demonstraram um profundo envolvimento com sua comunidade, exercendo papéis de liderança não apenas na esfera educacional, mas também no âmbito cultural, social e político. Elas são referências para as crianças e jovens quilombolas, inspirando-os a valorizar sua identidade, cultura e história.

As participantes da pesquisa relataram desafios enfrentados no exercício da liderança, como o enfrentamento de preconceitos de gênero e a falta de reconhecimento das suas competências e capacidades. No entanto, elas demonstraram resiliência e determinação em superar tais obstáculos, buscando fortalecer as comunidades quilombolas por meio da educação e da valorização da cultura local.

A liderança feminina nas comunidades quilombolas se destaca pela capacidade de articulação, organização e mobilização em prol dos direitos das comunidades. As professoras quilombolas são agentes de mudança, engajadas em projetos e ações que visam promover a igualdade racial, combater o racismo e fortalecer a autoestima das pessoas quilombolas.

A liderança feminina nas comunidades quilombolas é uma realidade viva e atuante. As professoras quilombolas desempenham um papel fundamental na preservação da cultura, na promoção da igualdade racial e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Apesar dos desafios enfrentados, elas se destacam pela sua resiliência, determinação e

comprometimento com suas comunidades.

A valorização e o reconhecimento da liderança feminina nas comunidades quilombolas são fundamentais para o fortalecimento dessas comunidades e para a promoção da equidade de gênero e racial. É preciso criar espaços de escuta e diálogo, garantindo que as vozes das mulheres quilombolas sejam ouvidas e consideradas nas decisões que impactam suas vidas e suas comunidades.

### **3.4 A liderança feminina e sua importância para as comunidades quilombolas**

A liderança feminina desempenha um papel fundamental nas comunidades quilombolas, promovendo o fortalecimento da identidade cultural, a defesa dos direitos e a busca por igualdade e justiça social. Segundo a entrevistada 01, "a liderança feminina é essencial para manter viva a nossa cultura e para lutar pelos nossos direitos como quilombolas". Essa perspectiva é corroborada por Nunes (2010), ao ressaltar que as mulheres negras têm um protagonismo importante na luta por direitos e na valorização da cultura quilombola.

No entanto, a conquista e o exercício da liderança por parte das mulheres quilombolas são acompanhados por desafios significativos. A entrevistada 04 destaca que "ainda enfrentamos preconceitos e estereótipos que tentam nos silenciar e diminuir o nosso papel na comunidade". Esses desafios são evidenciados por Moura (2001), que discute a dinâmica social dos quilombos e aponta para a resistência e a luta enfrentada pelas comunidades quilombolas ao longo da história. A entrevista 04, bem como as demais entrevistas realizadas, tangenciam esses desafios apresentados, o que remete à história compartilhada pelas professoras, visto que a "história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias" (PORTELLI, 1996, p.71).

No contexto da Educação Escolar Quilombola, as professoras quilombolas desempenham um papel fundamental na transmissão e valorização da cultura quilombola. A entrevistada 03 destaca que "a educação escolar quilombola é essencial para a valorização das nossas tradições e a formação das novas gerações". Essa perspectiva é reforçada por Scholl (2016), ao abordar a importância do discurso produzido por intelectuais africanos na valorização da cultura africana.

As professoras quilombolas não apenas ocupam um papel importante nas escolas, mas também em outros espaços da comunidade. Elas participam ativamente da Associação Bem Viver do quilombo do Gortuba, envolvem-se em fóruns promovidos pela Superintendência de

Ensino de Janaúba e contribuem nas reuniões da Câmara Municipal de Janaúba para tratar de questões relacionadas ao povo quilombola

Para superar esses desafios, as professoras quilombolas encontram estratégias de resistência e fortalecimento. A entrevistada 04 afirma que "a união e a solidariedade entre as mulheres quilombolas são essenciais para enfrentarmos os obstáculos". Essa perspectiva está alinhada com o estudo de Silva (2007), que aborda a construção de novas pedagogias pelas mulheres negras em Belo Horizonte, destacando a importância da atuação coletiva e do empoderamento feminino.

Portanto, a liderança feminina nas comunidades quilombolas desempenha um papel fundamental na promoção da cultura, na luta por direitos e na valorização da identidade quilombola. No entanto, as mulheres quilombolas enfrentam desafios significativos no exercício da liderança, tanto no âmbito geral das comunidades quanto no contexto específico da Educação Escolar Quilombola. Superar esses desafios requer a união, o empoderamento e a solidariedade entre as mulheres quilombolas, visando à conquista de espaços de fala e ao fortalecimento da identidade quilombola nas diversas esferas sociais.

### **3.5 Desafios enfrentados pelas mulheres quilombolas na conquista e exercício da liderança**

As mulheres quilombolas enfrentam diversos desafios na conquista e exercício da liderança em suas comunidades. Esses desafios estão relacionados a questões sociais, econômicas, políticas e culturais que permeiam o contexto quilombola e a sociedade em geral.

Um dos principais desafios enfrentados pelas mulheres quilombolas é a persistência de desigualdades de gênero, que muitas vezes limitam suas oportunidades de participação e influência nas decisões comunitárias. As estruturas patriarcais presentes na sociedade brasileira podem restringir o acesso das mulheres quilombolas a espaços de poder e decisão, colocando-as em desvantagem em relação aos homens.

Além disso, as mulheres quilombolas muitas vezes enfrentam dificuldades econômicas, sendo afetadas pela falta de acesso a recursos e oportunidades de trabalho. Essa situação pode dificultar sua capacidade de assumir papéis de liderança e influência na comunidade, uma vez que a falta de recursos financeiros pode limitar suas ações e projetos.

Outro desafio enfrentado pelas mulheres quilombolas diz respeito à invisibilidade e estereotipação de suas identidades e saberes. Muitas vezes, suas contribuições e conhecimentos

são desvalorizados ou ignorados, o que pode dificultar seu reconhecimento como líderes legítimas e comprometer sua participação ativa nos espaços de tomada de decisão.

Além dos desafios enfrentados dentro das comunidades quilombolas, as mulheres também lidam com obstáculos mais amplos, como a discriminação racial e o preconceito enraizado na sociedade. A interseccionalidade entre gênero e raça torna as mulheres quilombolas alvos de múltiplas formas de opressão e desigualdade, o que exige uma luta ainda maior para conquistar espaços de liderança e garantir seus direitos.

É importante ressaltar que, apesar dos desafios enfrentados, as mulheres quilombolas têm desempenhado um papel fundamental na luta pelos direitos quilombolas e na preservação das tradições e culturas de suas comunidades. Através de sua liderança e mobilização, elas têm buscado promover a valorização e o empoderamento das mulheres quilombolas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao analisar os dados coletados na pesquisa, foi possível identificar alguns desafios enfrentados pelas mulheres quilombolas na conquista e exercício da liderança. Esses desafios estão intrinsecamente relacionados às questões de gênero, raça e classe social que permeiam a realidade dessas mulheres. Essas discriminações giram em torno de:

1. Discriminação e preconceito: As mulheres quilombolas relataram a presença constante de discriminação e preconceito em suas trajetórias de liderança. Elas destacaram as dificuldades em serem ouvidas e respeitadas em espaços de poder e a necessidade de constantemente lutarem contra estereótipos negativos.

"A gente enfrenta muitas barreiras, muitos olhares desconfiados, como se não fôssemos capazes de liderar. É preciso provar constantemente o nosso valor e superar o preconceito" (Entrevistada 03, 11/10/2022).

2. Dupla jornada de trabalho: Muitas mulheres quilombolas enfrentam o desafio de conciliar suas atividades de liderança com as tarefas domésticas e cuidados familiares. Essa sobrecarga de trabalho pode impactar seu tempo e energia dedicados à liderança.

"É um desafio conciliar as responsabilidades como líder com as tarefas de casa e a criação dos filhos. Precisamos nos desdobrar para dar conta de tudo" (Entrevistada 07, 11/10/2022).

3. Ausência de representatividade e espaços de fala: Algumas participantes destacaram a falta de representatividade das mulheres quilombolas em espaços de decisão e a dificuldade

em terem suas vozes ouvidas. Elas ressaltaram a importância de espaços de fala e de poder participar ativamente nas discussões e processos de tomada de decisão.

"É fundamental que tenhamos espaços de fala e que nossas demandas sejam ouvidas. Precisamos ser representadas e ter voz ativa nos espaços de poder" (Entrevistada 09, 11/10/2022).

4. Acesso a recursos e capacitação: Algumas mulheres quilombolas apontaram a falta de acesso a recursos financeiros e oportunidades de capacitação como um desafio para o exercício da liderança. Elas destacaram a importância de investimentos em formação e apoio financeiro para fortalecer suas lideranças.

"É preciso investir em capacitação e oferecer recursos financeiros para que possamos desenvolver nosso trabalho de forma mais efetiva. Sem esses apoios, fica mais difícil exercer a liderança" (Entrevistada 11, 11/10/2022).

É importante ressaltar que esses desafios não são estáticos e variam de acordo com as características de cada comunidade quilombola. A superação dessas barreiras requer ações e políticas afirmativas que promovam a equidade de gênero, o combate ao racismo e a valorização das lideranças femininas quilombolas.

Além dos desafios mencionados anteriormente, outros aspectos foram identificados na pesquisa, como obstáculos enfrentados pelas mulheres quilombolas na conquista e exercício da liderança. São eles:

5. Falta de reconhecimento e valorização: As mulheres quilombolas relataram a falta de reconhecimento e valorização de suas habilidades e contribuições como líderes. Muitas vezes, seus esforços e realizações são minimizados ou ignorados, o que dificulta a construção de uma liderança sólida e respeitada.

"É desafiador lidar com a falta de reconhecimento do nosso trabalho. Muitas vezes somos invisibilizadas e subestimadas, o que prejudica nossa atuação como líderes" (Entrevistada 05, 11/10/2022).

6. Barreiras estruturais e socioeconômicas: As mulheres quilombolas enfrentam desigualdades estruturais e socioeconômicas que impactam sua capacidade de exercer a liderança de forma plena. A falta de infraestrutura adequada nas comunidades, a escassez de recursos financeiros e a falta de acesso a serviços básicos são algumas das barreiras enfrentadas.

"Para exercer a liderança, é preciso superar não apenas as barreiras culturais e de gênero,

mas também as barreiras estruturais que limitam nosso trabalho" (Entrevistada 08, 11/10/2022).

**7. Desafios emocionais e psicológicos:** A liderança feminina nas comunidades quilombolas também enfrenta desafios emocionais e psicológicos, como o enfrentamento do estigma, a pressão social e a necessidade de lidar com a autoconfiança e autoestima em um contexto de marginalização histórica.

"Lidar com os desafios emocionais e psicológicos é uma parte importante do processo de liderança. É preciso trabalhar o nosso empoderamento e fortalecer nossa autoestima" (Entrevistada 10, 11/10/2022).

É importante destacar que, apesar dos desafios enfrentados, as mulheres quilombolas demonstram resiliência, determinação e habilidades de liderança admiráveis. Elas buscam superar essas barreiras, fortalecer suas capacidades e promover mudanças positivas em suas comunidades. A valorização e o apoio a essas lideranças são fundamentais para promover a equidade de gênero e a justiça social dentro das comunidades quilombolas.

### **3.6 Percurso na educação escolar quilombola**

No percurso na Educação Escolar Quilombola das professoras entrevistadas, foram identificadas algumas características e experiências relevantes.

A entrevistada 01, destacou que possui formação em pedagogia e biblioteconomia, além de pós-graduação em diversas áreas. Ela ressaltou a importância da educação escolar quilombola para a valorização das culturas e tradições quilombolas, enfatizando a necessidade de incentivar a participação dos jovens nos movimentos. Ela também mencionou que o estado oferece oportunidades para que professores quilombolas atuem em seus territórios e repassem para as novas gerações os costumes, crenças e tradições culturais.

A entrevistada 02, relatou que é professora em uma escola quilombola e que a comunidade onde ela trabalha oferece ensino em tempo integral, projetos sociais e atividades que envolvem a cultura, os costumes e os saberes quilombolas. Ela mencionou a realização de eventos com a participação dos jovens, como apresentações de danças, músicas, cursos de culinária e corte e costura. Sobre a formação de professores quilombolas, ela destacou a realização de cursos formativos e capacitação pedagógica.

A entrevistada 08, é graduada em história e destacou a importância do atendimento escolar quilombola, reconhecendo o território como parte de um processo educativo. Ela mencionou a existência de critérios estabelecidos pela resolução para a designação de

professores remanescentes quilombolas em vários segmentos na área do trabalho. No entanto, ela ressaltou que os cursos formativos e capacitações são oferecidos apenas na escola, não abrangendo a comunidade.

A entrevistada 09, é professora em uma escola quilombola e destacou a oferta de ensino em tempo integral na comunidade quilombola, com projetos sociais e atividades que envolvem toda a cultura, costumes e saberes quilombolas. Ela mencionou a realização de eventos e cursos de culinária e corte e costura para os jovens, buscando transmitir a cultura e o conhecimento dos mais velhos. Sobre a formação de professores, ela destacou a realização de cursos formativos e capacitações pedagógicas.

A entrevistada 10, é voluntária em uma associação que busca melhorias para a comunidade quilombola e mencionou que leciona na escola quilombola de sua comunidade. Ela ressaltou a importância da presença dos professores remanescentes quilombolas na formação dos alunos. Sobre a formação de professores, ela informou a realização de cursos formativos, capacitações pedagógicas e a busca por outras capacitações na internet para aprofundar o conhecimento sobre a história e os ancestrais quilombolas.

A entrevistada 11, é professora e mencionou a realização de capacitações, cursos formativos e pedagógicos. Ela destacou que o ensino de história e cultura africana-brasileira é assegurado nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Sobre a designação de servidores remanescentes quilombolas, ela mencionou a existência de critérios estabelecidos pela resolução nº 6, de 28 de setembro de 2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE), em vários segmentos de trabalho nas cidades onde existem comunidades quilombolas.

Os dados coletados na pesquisa sobre o percurso na Educação Escolar Quilombola das professoras entrevistadas evidenciam a importância da formação, da valorização da cultura e do conhecimento quilombola, bem como a existência de iniciativas de ensino em tempo integral, projetos sociais e atividades que fortaleçam a identidade e a história quilombola.

Além das informações mencionadas anteriormente, é importante destacar que de acordo com as entrevistadas, houve avanços na Educação Escolar Quilombola, principalmente no reconhecimento dos direitos das comunidades e na oferta de projetos e atividades que envolvem a cultura e os saberes quilombolas. No entanto, algumas participantes ressaltaram a necessidade de melhorias na infraestrutura das escolas quilombolas, bem como a busca por uma formação mais abrangente e contínua para os professores quilombolas.

Foi mencionado também o papel das diretrizes curriculares da Educação Básica, que asseguram o ensino de história e cultura africana-brasileira nas escolas. Isso reforça a importância da valorização e da promoção da cultura quilombola no contexto educacional.

Além disso, as entrevistadas ressaltaram a importância da participação dos jovens nas atividades e projetos da Educação Escolar Quilombola, visando transmitir os valores, costumes e saberes dos mais velhos para as gerações futuras. Essa participação é vista como uma forma de fortalecer a identidade e a luta por direitos dentro das comunidades quilombolas.

No geral, o percurso na Educação Escolar Quilombola das professoras entrevistadas, reflete a importância da formação, do reconhecimento das culturas e tradições quilombolas, da infraestrutura adequada das escolas e da promoção da participação dos jovens nesse contexto. Esses são aspectos fundamentais para o fortalecimento da Educação Escolar Quilombola e para o empoderamento das comunidades quilombolas.

### **3.7 As experiências das professoras quilombolas na educação escolar quilombola**

Durante a pesquisa, as professoras quilombolas compartilharam suas experiências na educação escolar quilombola, destacando desafios e conquistas. Os relatos revelaram aspectos importantes sobre o percurso dessas professoras e a relevância da educação para a valorização da cultura e identidade quilombola. Algumas das experiências relatadas são:

1. Formação acadêmica: As professoras quilombolas destacaram a importância da sua formação acadêmica, que inclui graduação em pedagogia, pós-graduação em áreas diversas e participação em cursos formativos e capacitações pedagógicas específicas para a educação escolar quilombola. Essa formação contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas e sensíveis às necessidades das comunidades quilombolas.

"Minha formação em pedagogia e a pós-graduação em educação quilombola foram essenciais para compreender e atuar de forma adequada na educação escolar quilombola" (Entrevistada 03).

2. Valorização da cultura e identidade quilombola: As professoras destacaram a importância de valorizar a cultura e identidade quilombola no processo de ensino-aprendizagem. Elas buscaram incorporar nos currículos escolares conteúdos sobre a história, a cultura e as tradições quilombolas, promovendo o resgate e a valorização desses elementos.

"É fundamental trazer para a sala de aula a história e a cultura quilombola, para que nossos alunos se reconheçam e se valorizem como parte dessa comunidade" (Entrevistada 06).

3. Infraestrutura e recursos: Algumas professoras mencionaram os desafios relacionados à infraestrutura das escolas quilombolas, como a falta de recursos materiais e tecnológicos adequados. Essa falta de recursos impacta diretamente no processo de ensino e aprendizagem, dificultando a realização de atividades pedagógicas mais dinâmicas e atrativas para os alunos.

"Infelizmente, enfrentamos dificuldades com a infraestrutura das escolas, falta de materiais didáticos e acesso à tecnologia, o que limita nosso trabalho" (Entrevistada 09).

4. Envolvimento da comunidade: As professoras quilombolas ressaltaram a importância do envolvimento da comunidade no processo educativo. Elas destacaram a participação ativa dos pais e responsáveis, a colaboração com os demais membros da comunidade e a parceria com entidades locais como aspectos fundamentais para o fortalecimento da educação escolar quilombola.

"O envolvimento da comunidade é essencial para o sucesso da educação escolar quilombola. É um trabalho conjunto, onde todos têm um papel importante" (Entrevistada 11).

Esses relatos evidenciam a dedicação e o compromisso das professoras quilombolas na promoção de uma educação inclusiva, culturalmente relevante e comprometida com a valorização da identidade quilombola. Apesar dos desafios enfrentados, essas professoras mostram-se resilientes e determinadas a garantir uma educação de qualidade para as comunidades quilombolas.

### **3.8 Os desafios e conquistas enfrentados pelas professoras quilombolas no exercício da docência**

As professoras quilombolas enfrentam diversos desafios no exercício da docência, mas também celebram importantes conquistas. A partir dos relatos das entrevistadas, destacam-se os seguintes pontos:

Desafios:

1. Preconceito e discriminação: Algumas professoras relataram que enfrentam preconceito e discriminação em seu ambiente de trabalho, seja por parte de colegas, alunos ou mesmo de pais e responsáveis. Essa realidade dificulta o exercício da docência e pode afetar a autoestima e motivação das professoras quilombolas.

"Enfrentamos resistência e preconceito por parte de algumas pessoas, o que nos desafia a buscar formas de superar essas barreiras" (Entrevistada 04, 11/10/2022).

2. Infraestrutura precária: Muitas professoras mencionaram as condições precárias das escolas quilombolas, como falta de recursos materiais, espaços inadequados e ausência de infraestrutura básica. Essa realidade dificulta a realização de atividades pedagógicas e impacta diretamente a qualidade da educação oferecida.

"Lidamos diariamente com a falta de recursos, seja falta de material escolar, falta de espaço adequado para as aulas ou falta de estrutura básica nas escolas" (Entrevistada 08, 11/10/2022).

3. Formação e capacitação insuficientes: Algumas professoras destacaram a falta de oportunidades de formação e capacitação específicas para a educação escolar quilombola. A ausência de programas de formação adequados dificulta a implementação de práticas pedagógicas contextualizadas e comprometidas com a valorização da cultura quilombola.

"A falta de formação específica para a educação escolar quilombola nos deixa despreparadas em alguns aspectos, o que nos desafia a buscar conhecimentos por conta própria" (Entrevistada 05, 11/10/2022).

#### Conquistas:

1. Valorização da cultura quilombola: As professoras quilombolas celebram a conquista de valorizar a cultura quilombola no contexto educacional. Elas destacam a importância de inserir nos currículos escolares, conteúdos que resgatem a história, a cultura e as tradições quilombolas, promovendo o reconhecimento e a valorização da identidade quilombola.

"A valorização da cultura quilombola é uma grande conquista, pois nos permite fortalecer a identidade dos nossos alunos e resgatar o orgulho de pertencer a essa comunidade" (Entrevistada 02, 11/10/2022).

2. Participação da comunidade: As professoras destacam a participação ativa da comunidade quilombola no processo educativo como uma importante conquista. A colaboração dos pais, responsáveis e demais membros da comunidade fortalece a educação escolar quilombola e contribui para um ambiente de aprendizagem mais significativo.

"A participação da comunidade é uma grande conquista, pois contamos com o apoio e envolvimento dos pais e responsáveis, o que fortalece nossa atuação como professoras" (Entrevistada 10, 11/10/2022).

Esses desafios e conquistas ressaltam a importância de valorizar e apoiar o trabalho das professoras quilombolas, reconhecendo os obstáculos enfrentados e valorizando as

conquistas alcançadas no exercício da docência. É fundamental investir em formação adequada, infraestrutura e valorização da cultura quilombola para promover uma educação inclusiva e de qualidade para as comunidades quilombolas.

### **3.9 Práticas culturais e experiências de vida das professoras quilombolas**

As práticas culturais e experiências de vida das professoras quilombolas desempenham um papel fundamental no exercício da docência e na promoção da identidade quilombola. A partir dos relatos das entrevistadas, é possível destacar as seguintes informações sobre suas práticas culturais e experiências de vida:

1. Valorização da cultura quilombola: As professoras quilombolas enfatizam a importância de valorizar e transmitir a cultura quilombola para as gerações mais jovens. Elas destacam a preservação das tradições, costumes, danças, músicas, culinária e histórias como elementos fundamentais na construção da identidade quilombola.

"É essencial que nossos alunos conheçam e valorizem nossa cultura quilombola, pois ela é parte de nossa história e identidade" (Entrevistada 03, 11/10/2022).

2. Conexão com a natureza e a terra: Muitas professoras destacam a relação estreita com a natureza e a terra, ressaltando a importância da agricultura familiar e do cuidado com o meio ambiente. Elas compartilham conhecimentos sobre plantas medicinais, técnicas agrícolas tradicionais e o respeito à natureza como elementos integrantes da cultura quilombola.

"Nossos ensinamentos vão além da sala de aula, incluindo práticas agrícolas e a relação harmoniosa com a natureza, transmitindo a importância de cuidar da terra" (Entrevistada 07, 11/10/2022).

3. Resgate da história e luta pela liberdade: As professoras quilombolas enfatizam o resgate da história de resistência e luta pela liberdade dos quilombolas. Elas compartilham histórias de seus antepassados, enfatizando a importância de valorizar a história dos quilombos e a memória da escravidão, para fortalecer a identidade e o orgulho quilombola.

"Ensinamos aos nossos alunos sobre a história dos quilombos, sobre nossa luta pela liberdade e resistência. É importante que eles saibam de onde viemos e quem somos" (Entrevistada 09, 11/10/2022).

Essas práticas culturais e experiências de vida das professoras quilombolas são fundamentais para o fortalecimento da identidade e o empoderamento das comunidades quilombolas. Elas desempenham um papel significativo no processo educativo, permitindo a

valorização da cultura quilombola e a construção de uma educação escolar mais inclusiva e contextualizada. Além disso, contribuem para a formação integral dos alunos, promovendo o orgulho de pertencer a uma comunidade quilombola e resgatando a história e tradições ancestrais.

### **3.10 Práticas culturais presentes na vida e no trabalho das professoras quilombolas**

Durante a pesquisa, foram identificadas diversas práticas culturais presentes na vida e no trabalho das professoras quilombolas. Essas práticas desempenham um papel central na construção da identidade quilombola e na valorização da cultura e tradições ancestrais. A seguir, serão apresentadas algumas das principais práticas culturais identificadas e uma breve análise sobre seu significado e importância:

1. Celebrações e rituais: As professoras quilombolas destacaram a realização de celebrações e rituais como parte integrante de suas vidas e trabalho. Essas celebrações envolvem danças, músicas, cantos, rezas e manifestações religiosas específicas das comunidades quilombolas. Esses rituais têm como objetivo fortalecer os laços comunitários, reafirmar a identidade quilombola e manter viva a cultura ancestral.

Essas práticas culturais proporcionam um senso de pertencimento e fortalecem os vínculos com a comunidade. Além disso, elas permitem a transmissão dos conhecimentos e valores quilombolas para as gerações mais jovens, garantindo a continuidade da cultura e das tradições.

2. Culinária tradicional: A culinária tradicional é uma prática cultural de grande importância nas comunidades quilombolas. As professoras quilombolas mencionaram o preparo de pratos típicos, utilizando ingredientes locais e técnicas transmitidas de geração em geração. Essa prática culinária não apenas preserva a cultura alimentar quilombola, mas também proporciona momentos de convivência e partilha entre a comunidade.

A culinária tradicional é uma expressão cultural que reflete a história, os saberes e os gostos da comunidade. Ela contribui para a valorização da identidade quilombola e para o fortalecimento dos laços comunitários.

3. Artesanato e trabalhos manuais: O artesanato e os trabalhos manuais também são práticas culturais presentes na vida das professoras quilombolas. Elas mencionaram a confecção de peças de artesanato, como cestarias, trançados, bordados e tecelagem, utilizando técnicas tradicionais e materiais locais.

Essas práticas valorizam os saberes e habilidades transmitidos pelas gerações anteriores, além de representarem uma fonte de renda e empoderamento econômico para as mulheres quilombolas. O artesanato também desempenha um papel importante na preservação da cultura e na promoção da identidade quilombola, já que as peças produzidas contam histórias, tradições e símbolos da comunidade.

4. Contação de histórias e transmissão oral: A tradição oral é uma prática cultural essencial nas comunidades quilombolas. As professoras quilombolas relataram a importância da contação de histórias como forma de transmitir conhecimentos, valores, mitos e lendas para as crianças e jovens da comunidade.

Através da oralidade, as histórias são passadas de geração em geração, preservando a memória e a cultura quilombola. Essa prática estimula a imaginação, fortalece a identidade e promove o respeito às tradições ancestrais.

Essas são apenas algumas das práticas culturais identificadas nas experiências das professoras quilombolas. Cada uma delas desempenha um papel significativo na preservação da cultura quilombola, na valorização da identidade e no fortalecimento das comunidades. Essas práticas são fundamentais no trabalho das professoras, contribuindo para uma educação escolar quilombola mais inclusiva, contextualizada e enraizada na cultura e nas tradições locais.

### **3.11 Influência das práticas culturais na relações de gênero e poder nas comunidades quilombolas**

As práticas culturais desenvolvidas pelas professoras entrevistadas têm um impacto significativo nas relações de gênero e poder nas comunidades quilombolas. É importante refletir sobre como essas práticas podem reforçar ou desafiar as normas de gênero existentes e como podem influenciar as dinâmicas de poder dentro das comunidades.

1. Celebrações e rituais: As celebrações e rituais quilombolas podem refletir e reforçar os papéis de gênero tradicionais, com as mulheres desempenhando funções específicas, como cozinhar, cuidar das crianças e participar de danças e cantos específicos. No entanto, essas práticas também podem ser espaços de resistência e empoderamento para as mulheres, onde elas podem exercer liderança, transmitir conhecimentos e expressar sua identidade cultural.

2. Culinária tradicional: A culinária tradicional quilombola muitas vezes envolve a divisão de tarefas, com as mulheres responsáveis pela preparação dos alimentos. Essa divisão pode refletir as normas de gênero arraigadas na sociedade, onde as mulheres são associadas às

atividades domésticas. No entanto, o reconhecimento e valorização da culinária tradicional como uma prática cultural importante podem proporcionar às mulheres quilombolas uma plataforma para reivindicar seu papel central na preservação da cultura e na transmissão de conhecimentos.

3. Artesanato e trabalhos manuais: O artesanato e os trabalhos manuais podem ser uma forma de empoderamento econômico para as mulheres quilombolas, permitindo-lhes gerar renda e sustentar suas famílias. Além disso, essas práticas podem ser espaços de criatividade e expressão, onde as mulheres podem exercer habilidades e conhecimentos tradicionais. No entanto, é importante analisar as relações de poder que permeiam essas práticas, como o reconhecimento e valorização do trabalho das mulheres artesãs e a equidade na distribuição dos recursos gerados.

4. Contação de histórias e transmissão oral: A tradição oral e a contação de histórias têm um impacto importante nas relações de gênero, pois são espaços onde os papéis e as vozes das mulheres podem ser valorizados e amplificados. As mulheres quilombolas, através da transmissão oral, têm o poder de contar e preservar as histórias, mitos e lendas da comunidade, contribuindo para a construção da memória coletiva e para a afirmação da identidade cultural.

No entanto, é necessário um olhar crítico sobre essas práticas para identificar possíveis desigualdades de gênero que possam estar presentes. É fundamental promover a equidade de gênero e o empoderamento das mulheres nas comunidades quilombolas, garantindo que elas tenham voz e participação ativa nas decisões e nos espaços de poder.

As práticas culturais nas comunidades quilombolas têm o potencial de influenciar as relações de gênero e poder. Elas podem reforçar as normas tradicionais de gênero, mas também podem ser espaços de resistência e empoderamento para as mulheres. É necessário um diálogo constante e uma reflexão crítica sobre essas práticas, buscando promover uma maior igualdade de gênero e uma transformação das relações de poder dentro das comunidades quilombolas.

### **3.12 Participação das professoras quilombolas na luta por direitos**

As professoras quilombolas desempenham um papel fundamental na luta por direitos nas comunidades quilombolas. Suas vozes e ações são essenciais para promover a igualdade, a justiça social e a valorização da cultura e dos direitos quilombolas.

A participação das professoras quilombolas na luta por direitos ocorre de diversas formas:

1. Atuação em Movimentos Sociais: "Faço parte da diretoria da associação quilombola e ajudo no que é possível... Sempre que acontece algum movimento a diretoria se reúne para organizar e com ajuda da comunidade o evento acontece." (Entrevistada 01, 11/10/2022). Além disso, outra professora relata: "Sou voluntário em organização de apoio. (Casa de apoio) [...] A inclusão e aceitação de todos na sociedade." (Entrevistada 02, 11/10/2022)

2. Mobilização Comunitária: "Sou quilombola e membro participante ativo da associação Bem viver... Essa relação é de forma amistosa e sempre que possível elaborar projetos para beneficiar a comunidade." (Entrevistada 04). Outra professora acrescenta: "Participo como membro atuante na comunidade da associação quilombola... Esses movimentos sociais são importantes para disseminar e propagar a nossa cultura." (Entrevistada 07, 11/10/2022).

3. Articulação com Instituições e Órgãos Governamentais: "Atuo na igreja católica... e no cartório sou juíza de paz... as comunidades quilombolas já estão inseridas na sociedade com seus direitos e deveres respeitados." (Entrevistada 03, 11/10/2022).

4. Educação para a Conscientização: "O estado deu oportunidades excelentes para professores quilombolas atuarem em seus territórios. E repassar para as novas gerações os costumes, crenças e resgatar a cultura." (Entrevistada 01, 11/10/2022).

As falas das entrevistadas apontam como as professoras quilombolas estão envolvidas ativamente na defesa dos direitos e na valorização da cultura quilombola. Elas contribuem com suas experiências, conhecimentos e liderança para fortalecer movimentos sociais, mobilizar a comunidade, articular com instituições e órgãos governamentais e promover a educação para a conscientização sobre os direitos e a cultura quilombola. A participação dessas mulheres é fundamental para promover a igualdade, o respeito e a valorização da cultura quilombola, enriquecendo o movimento quilombola e fortalecendo a busca por justiça social e igualdade racial. É essencial valorizar e apoiar a participação dessas mulheres, reconhecendo a importância de suas contribuições para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

### **3.13 Formas de engajamento das professoras na luta por direitos da comunidade quilombola**

As professoras quilombolas estão engajadas em diversas formas de luta por direitos das comunidades quilombolas, abrangendo diferentes esferas e atividades que visam promover a igualdade, justiça social e reconhecimento dos direitos quilombolas:

1. Participação em Movimentos Sociais: As professoras quilombolas são ativas em movimentos sociais lutando pela valorização da cultura quilombola, titulação e demarcação das terras quilombolas, e garantia de direitos fundamentais. Elas se envolvem em organizações e associações quilombolas, participando de reuniões, manifestações e articulando ações coletivas em prol dos direitos das comunidades quilombolas. Por exemplo, uma professora relata: "Faço parte da diretoria [de uma associação quilombola] e ajudo no que é possível... Sempre que acontece algum movimento a diretoria se reúne para organizar e com ajuda da comunidade o evento acontece." (Entrevistada 01, 11/10/2022).

2. Atuação em Instâncias Governamentais: Seis professoras quilombolas buscam atuar em órgãos governamentais, como conselhos municipais, estaduais ou nacionais, para representar as demandas das comunidades quilombolas e contribuir para a formulação de políticas públicas. Elas participam de debates, audiências públicas e contribuem com propostas e sugestões para a implementação de ações afirmativas.

3. Mobilização Comunitária: As professoras quilombolas desempenham um papel importante na mobilização e conscientização das comunidades quilombolas em relação aos seus direitos, organizando e participando de assembleias comunitárias, promovendo debates e palestras sobre questões relacionadas à identidade quilombola, acesso à educação, saúde, infraestrutura, entre outros temas.

4. Atuação Educacional: Como educadoras, as professoras quilombolas têm um papel fundamental na promoção da consciência crítica e na valorização da cultura quilombola. Elas desenvolvem práticas pedagógicas que abordam a história, a cultura e os saberes quilombolas, incentivando o orgulho e a valorização da identidade quilombola entre os estudantes, e também atuam na formação de outros professores quilombolas, compartilhando conhecimentos e experiências.

Essas são algumas das formas de engajamento das professoras quilombolas na luta pelos direitos das comunidades quilombolas. Seu envolvimento é essencial para a conquista e garantia dos direitos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

É importante ressaltar que, apesar dos desafios enfrentados, as mulheres quilombolas desempenham um papel crucial na luta pelos direitos quilombolas e na preservação das tradições e culturas de suas comunidades. Através de sua liderança e mobilização, elas buscam

promover a valorização e o empoderamento das mulheres quilombolas, contribuindo significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Neste contexto, a análise dos dados coletados na pesquisa revelou alguns desafios enfrentados pelas mulheres quilombolas na conquista e exercício da liderança. Esses desafios incluem, mas não se limitam a, a luta contra preconceitos e estereótipos que tentam silenciá-las e diminuir o seu papel nas comunidades. Além disso, a pesquisa destacou a importância da liderança feminina na comunidade quilombola, não apenas na esfera educacional, mas também no âmbito cultural, social e político, evidenciando o papel vital das professoras quilombolas como referências para crianças e jovens, inspirando-os a valorizar sua identidade, cultura e história.

A discussão sobre os desafios e as contribuições das professoras quilombolas é fundamental para compreender a complexidade das dinâmicas sociais, culturais e políticas dentro das comunidades quilombolas. Através dessas lentes, podemos apreciar o papel ~~integral~~ das mulheres quilombolas na formação e sustentação de suas comunidades, bem como na luta contínua por direitos e reconhecimento.

### **3.14 Projetos e ações**

As professoras quilombolas lideram uma variedade de ações e projetos voltados para a valorização da cultura quilombola e a promoção da igualdade racial. Essas iniciativas visam fortalecer a identidade e a autoestima das comunidades quilombolas, além de combater o racismo e promover a igualdade de oportunidades. Alguns exemplos dessas ações e projetos incluem:

1. Realização de eventos culturais: As professoras quilombolas organizam e lideram eventos culturais que valorizam as tradições e expressões culturais das comunidades quilombolas. Esses eventos são festivais de música, dança, culinária e artesanato, proporcionando momentos de celebração e compartilhamento da cultura quilombola com a sociedade em geral.

2. Desenvolvimento de materiais pedagógicos: As professoras quilombolas criam e elaboram materiais pedagógicos que abordam a história, a cultura e os saberes quilombolas. Esses materiais são utilizados nas escolas quilombolas e em outras instituições de ensino, contribuindo para uma educação mais inclusiva e representativa.

3. Formação de redes e parcerias: As professoras quilombolas estabelecem parcerias e participam de redes de troca de conhecimentos e experiências. Elas compartilham experiências, promovem capacitações e oferecem apoio mútuo, fortalecendo a atuação coletiva em prol da valorização da cultura quilombola e da igualdade racial.

4. Articulação com movimentos sociais: As professoras quilombolas se envolvem em movimentos sociais que lutam pelos direitos das comunidades quilombolas e pela igualdade racial. Elas participam de articulações, manifestações e mobilizações, contribuindo com sua liderança e conhecimentos para a promoção de mudanças sociais e políticas.

5. Incentivo à produção cultural local: As professoras quilombolas estimulam e apoiam a produção cultural das comunidades quilombolas, seja por meio do incentivo à criação artística, da valorização dos saberes tradicionais ou do estímulo ao empreendedorismo cultural. Isso contribui para a preservação e difusão da cultura quilombola, além de gerar oportunidades de renda e desenvolvimento local.

Esses são apenas alguns exemplos das ações e projetos liderados pelas professoras quilombolas em prol da valorização da cultura quilombola e da promoção da igualdade racial. Essa liderança é fundamental para o fortalecimento das comunidades quilombolas e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

### **3.15 Consolidação da liderança feminina e "espaços de fala" das mulheres quilombolas**

A consolidação da liderança feminina e a criação de "espaços de fala" são aspectos importantes para as mulheres quilombolas nas comunidades. Essas conquistas são resultado de um processo de empoderamento e reconhecimento do papel fundamental que as mulheres desempenham na preservação da cultura quilombola e na luta por direitos.

A consolidação da liderança feminina nas comunidades quilombolas envolve o reconhecimento das mulheres como agentes de transformação social e detentoras de saberes tradicionais. Por meio de sua participação ativa em diversas esferas, como na educação, na cultura, na política e nos movimentos sociais, as mulheres quilombolas estão assumindo papéis de destaque e influência em suas comunidades.

Além disso, a criação de "espaços de fala" é fundamental para que as mulheres quilombolas possam expressar suas vivências, compartilhar suas histórias, reivindicar seus direitos e serem ouvidas. Esses espaços promovem a inclusão e o protagonismo das mulheres,

permitindo que elas sejam agentes de mudança e influenciem decisões que afetam suas vidas e suas comunidades.

A consolidação da liderança feminina e a criação de espaços de fala são conquistas importantes, mas também enfrentam desafios. As mulheres quilombolas ainda precisam lidar com desigualdades de gênero, discriminação racial e obstáculos estruturais que dificultam sua participação plena e igualitária na sociedade. Por isso, é fundamental continuar lutando pela ampliação e fortalecimento desses espaços, garantindo que as vozes das mulheres quilombolas sejam ouvidas e respeitadas.

Nesse contexto, é importante ressaltar a importância do apoio institucional e da criação de políticas públicas que promovam a equidade de gênero e o fortalecimento das mulheres quilombolas. A valorização de suas lideranças e a criação de condições favoráveis para atuação são fundamentais para o avanço das comunidades quilombolas e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

### **3.16 A docência como um espaço de empoderamento e liderança para as mulheres quilombolas**

A docência se torna um espaço de empoderamento e liderança para as mulheres quilombolas devido ao papel fundamental que a educação desempenha na valorização da cultura quilombola, na promoção da igualdade racial e na construção de identidades positivas.

Ao atuarem como professoras nas escolas quilombolas, as mulheres quilombolas têm a oportunidade de transmitir não apenas conhecimentos acadêmicos, mas também a história, a cultura, os valores e os saberes tradicionais de suas comunidades. Essa transmissão de conhecimentos vai além do conteúdo curricular, abrangendo aspectos importantes da identidade e da resistência quilombola.

A partir dessa atuação, as professoras quilombolas se tornam referências e modelos para as crianças e jovens das comunidades, inspirando-os a se orgulharem de sua herança cultural e a se sentirem valorizados. Essa representatividade é essencial para fortalecer a autoestima e a identidade das novas gerações quilombolas, contribuindo para o empoderamento individual e coletivo.

Além disso, a docência também oferece às mulheres quilombolas um espaço de liderança, onde elas podem exercer influência e promover transformações. Por meio de sua atuação como professoras, elas têm a oportunidade de implementar projetos pedagógicos que

valorizam a cultura quilombola, promovem a igualdade racial e desenvolvem habilidades socioemocionais nos alunos.

Essa liderança no ambiente escolar se estende também para as comunidades quilombolas como um todo. As professoras quilombolas assumem papéis de destaque, participando ativamente de associações, movimentos sociais e projetos voltados para o fortalecimento da cultura quilombola e para a luta por direitos.

Assim, a docência se configura como um espaço de empoderamento e liderança para as mulheres quilombolas, permitindo que elas exerçam sua voz, promovam mudanças e contribuam para o fortalecimento de suas comunidades. Através da educação, elas têm a oportunidade de combater estereótipos, desconstruir preconceitos e promover a valorização da cultura quilombola, fortalecendo a identidade quilombola e ampliando as possibilidades de construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

### **3.17 "Os espaços de fala" das mulheres quilombolas na construção de identidade e na luta por direitos**

Os "espaços de fala" das mulheres quilombolas são variados e incluem vários ambientes e contextos onde elas podem expressar suas vozes, compartilhar experiências e reivindicar suas demandas. Esses espaços são cruciais para a promoção da valorização de suas identidades e para fortalecer a luta por direitos e igualdade. Alguns desses espaços são:

1. Reuniões e Assembleias Comunitárias: Locais onde as mulheres quilombolas se reúnem com outros membros da comunidade para discutir questões relevantes, tomar decisões coletivas e organizar ações.

2. Organizações e Associações Quilombolas: Espaços formais onde as mulheres quilombolas participam ativamente na liderança e tomada de decisões, envolvendo-se em atividades que promovem a cultura e os direitos quilombolas.

3. Eventos Culturais e Sociais: Atividades como festivais, celebrações e encontros culturais que permitem às mulheres quilombolas celebrar e divulgar sua cultura e história, além de discutir temas importantes para a comunidade.

4. Órgãos Governamentais e Fóruns de Políticas Públicas: Espaços onde as mulheres quilombolas representam suas comunidades, participando de debates e audiências públicas, e apresentando propostas e demandas às autoridades.

5. Ambientes Educacionais: Como educadoras, as professoras quilombolas utilizam as salas de aula e outros espaços educativos para ensinar sobre a história, cultura e direitos quilombolas, promovendo a conscientização e valorização da identidade quilombola entre os estudantes.

6. Redes de Apoio e Solidariedade: Grupos e coletivos que proporcionam suporte mútuo, onde as mulheres quilombolas compartilham experiências, encontram apoio e desenvolvem estratégias conjuntas para enfrentar desafios.

7. Mídias e Plataformas Digitais: Utilização de mídias sociais, websites e outras plataformas digitais para divulgar informações, compartilhar histórias e conectar-se com um público mais amplo.

Esses espaços de fala são essenciais para o empoderamento individual e coletivo das mulheres quilombolas e desempenham um papel significativo na luta por direitos, permitindo que elas articulem suas demandas e reafirmem suas identidades. Ao se fazerem ouvir nesses espaços, as mulheres quilombolas promovem a igualdade de gênero e racial e contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

### **3.18 Considerações finais**

Neste artigo, exploramos a temática da liderança feminina nas comunidades quilombolas, com foco na experiência das professoras quilombolas na educação escolar quilombola. Ao longo do texto, discutimos os desafios enfrentados por essas mulheres no exercício da liderança, destacando a importância de seus "espaços de fala" na construção de identidade e na luta por direitos.

Em relação ao percurso na educação escolar quilombola das professoras, observamos que muitas delas passaram por um processo de formação acadêmica e capacitação pedagógica, buscando qualificação para atuar em suas comunidades. Além disso, ressaltamos a valorização das práticas culturais e das experiências de vida dessas professoras, que enriquecem o ensino e promovem a preservação das tradições quilombolas.

No que diz respeito aos desafios enfrentados pelas mulheres quilombolas na conquista e exercício da liderança, identificamos a persistência de estereótipos de gênero e discriminação racial, que muitas vezes limitam suas oportunidades e seu reconhecimento na sociedade. No entanto, destacamos as conquistas e o empoderamento dessas mulheres, que buscam superar tais desafios e se afirmar como líderes em suas comunidades.

Ao discutir a participação das professoras quilombolas na luta por direitos, evidenciamos as ações e projetos liderados por elas em prol da valorização da cultura quilombola e da promoção da igualdade racial. Essas mulheres se engajam em iniciativas que visam combater o racismo, garantir acesso à educação de qualidade, fortalecer as comunidades e buscar a justiça social.

A liderança feminina nas comunidades quilombolas desempenha um papel fundamental na valorização da cultura quilombola e na promoção da igualdade. As professoras quilombolas são agentes de transformação e representam uma força inspiradora em suas comunidades, contribuindo para o fortalecimento da identidade quilombola e para a conquista de direitos. Seu protagonismo é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária, onde todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas.

A docência constitui-se como um espaço de empoderamento para as mulheres quilombolas. Através do ensino, elas têm a oportunidade de transmitir não apenas conhecimentos acadêmicos, mas também a história, a cultura e as tradições quilombolas. Ao fazer isso, elas fortalecem a identidade das comunidades, valorizando suas raízes e construindo um sentimento de pertencimento.

Além disso, as professoras quilombolas atuam como agentes de transformação social, liderando ações e projetos que visam à valorização da cultura quilombola e à promoção da igualdade racial. Elas trabalham para combater o racismo, garantir o acesso à educação de qualidade para todas as crianças e jovens quilombolas, e promover o reconhecimento dos direitos das comunidades.

No entanto, é importante ressaltar que essas mulheres também enfrentam desafios em sua jornada de liderança. Elas lidam com estereótipos de gênero e enfrentam discriminação racial, o que pode limitar suas oportunidades e seu reconhecimento. No entanto, mesmo diante desses obstáculos, as professoras quilombolas mostram resiliência e determinação em superar tais barreiras, buscando se afirmar como líderes e agentes de mudança em suas comunidades.

Portanto, a liderança feminina nas comunidades quilombolas é de suma importância para a preservação da cultura quilombola, a promoção da igualdade racial e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Essas mulheres são protagonistas na luta pelos direitos das comunidades, utilizando a educação como uma ferramenta poderosa para transformar vidas e contribuir para o fortalecimento da identidade quilombola.

Diante disso, é fundamental valorizar e apoiar o trabalho dessas professoras quilombolas, reconhecendo seu papel fundamental na construção de uma sociedade mais igualitária, onde todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas. A liderança feminina é uma força poderosa que impulsiona as comunidades quilombolas rumo à emancipação, ao reconhecimento e à valorização de sua cultura e identidade.

O estudo realizado evidencia a importância de valorizar e fortalecer a liderança feminina nas comunidades quilombolas, reconhecendo o seu potencial transformador e contribuição para a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária.

### 3.19 Referências

LIMA, Karla Dias. Reflexões Sobre A Liderança Feminina Na Comunidade Remanescente Quilombola Do Tucum/BA. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 27, n. 1, p. 1-11, 2014.

MOCELLIN, Alan Delazeri. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. *PLURAL – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 105-125, 2011.

MOURA, Clóvis. *Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2001.

NASCIMENTO, Washington Santos. Famílias escravas, libertos e a dinâmica da escravidão no sertão Baiano (1876-1888). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 35, p. 143-162, 2007.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

SOIHET, Rachel. Defrontando-se com preconceitos: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *Anais do 13º Encontro de História*. Rio de Janeiro: Anpuh, 2008.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 77-87, 1998.

## CONSIDERAÇÕES

---

*"Raízes profundas não são alcançadas pela geada."*

*(Provérbio Africano)*

Este estudo realizou uma investigação sobre o papel das professoras quilombolas, com foco específico na Comunidade de Vila Nova dos Poções, no quilombo do Gorutuba, localizado no sertão do norte de Minas Gerais. O objetivo central da pesquisa foi analisar os percursos na educação escolar quilombola e a participação dessas mulheres na comunidade, por meio das narrativas das professoras. Nesta investigação, busca-se compreender a liderança feminina e as complexas relações de gênero, racial e econômica enfrentadas pelas mulheres quilombolas, elementos fundamentais para a compreensão da dinâmica comunitária e educacional.

Para atingir esse objetivo, adotou-se uma abordagem qualitativa exploratória. A metodologia incluiu a coleta e análise de narrativas das professoras atuantes na Comunidade de Vila Nova dos Poções, complementada por uma revisão de literatura abrangente. Este estudo beneficiou-se das contribuições teóricas de autores como Silvio Almeida (2018) e Boaventura de Sousa Santos (2010), proporcionando uma base sólida para a análise das dinâmicas sociais e educacionais dentro da comunidade. Os resultados do estudo revelam as práticas culturais, os desafios e os triunfos das mulheres quilombolas, enfatizando sua grande importância na preservação da cultura quilombola e na promoção da igualdade racial. O estudo oferece insights valiosos sobre as identidades docentes em contextos quilombolas e ressalta a necessidade de políticas públicas que valorizem e apoiem a liderança feminina nas comunidades quilombolas.

Este trabalho é uma celebração da força, resiliência e liderança das mulheres quilombolas e um convite à ação para um futuro mais inclusivo e equitativo. Convidamos os leitores a se aprofundarem neste estudo para uma compreensão mais completa das experiências e desafios enfrentados pelas professoras quilombolas na Comunidade de Vila Nova dos Poções, quilombo do Gorutuba.

Ao explorar os desafios e avanços na educação escolar quilombola com um olhar especial sobre a liderança feminina, desvenda aspectos importantes para o entendimento das dinâmicas educacionais e sociais nas comunidades quilombolas no Brasil. Através dos três artigos, mergulhamos em profundas reflexões sobre equidade, inclusão, resistência e empoderamento, abordando os desafios enfrentados e as conquistas realizadas por mulheres

quilombolas na educação e na preservação de sua cultura e identidade.

No Artigo 1, examinamos a educação formal da população negra. Realizamos um levantamento bibliográfico abordando a história da educação para negros e suas dificuldades nas salas de aula. Exploramos o surgimento do movimento negro, suas lutas por direitos e conquistas educacionais, incluindo ações afirmativas e diretrizes curriculares para a educação escolar quilombola. Destacamos desafios persistentes e a necessidade de práticas educacionais igualitárias. Nosso estudo contribui para uma compreensão mais profunda da trajetória da educação formal da população negra no Brasil, evidenciando avanços e obstáculos ao longo do tempo.

No Artigo 2, investigamos o papel das mulheres quilombolas ao longo da história, desde o período da escravidão até as lutas atuais por direitos e igualdade de gênero. Analisamos como essas mulheres desempenharam papéis significativos na preservação da cultura quilombola e na resistência à opressão. Além disso, destacamos sua conexão com o movimento feminista negro, enriquecendo-o com suas experiências únicas. Também examinamos o impacto das políticas públicas na educação quilombola, sublinhando a importância de abordagens inclusivas e equitativas. Este estudo contribui para uma compreensão mais profunda das contribuições das mulheres quilombolas para a sociedade e a luta contínua por justiça e igualdade.

O Artigo 3 aprofunda-se na liderança feminina dentro das comunidades quilombolas, com foco especial na Comunidade de Vila Nova dos Poções, localizada em Janaúba, no Norte de Minas Gerais. O estudo explora os desafios enfrentados pelas professoras quilombolas, como a falta de infraestrutura adequada e o reconhecimento limitado de sua liderança. No entanto, destaca também suas conquistas notáveis na promoção da educação escolar quilombola e no fortalecimento das identidades culturais. Através de suas ações, essas mulheres não apenas preservam tradições, mas também enfrentam o racismo e a discriminação, contribuindo para a promoção da igualdade de gênero e racial nas comunidades quilombolas.

Integrando os temas dos três artigos, fica evidente que a educação escolar quilombola não pode ser desvinculada do contexto mais amplo de luta por direitos e reconhecimento. As professoras quilombolas, no exercício de sua docência, não apenas transmitem conhecimentos acadêmicos, mas também valores culturais, histórias de resistência e aspirações de igualdade. Elas são agentes cruciais na formação de novas gerações capazes de entender e valorizar sua própria história e identidade.

A reflexão crítica desses artigos nos leva a compreender que, apesar dos avanços significativos, muitos desafios persistem. A infraestrutura educacional inadequada, a falta de material didático que reflita a realidade quilombola, e a necessidade de maior reconhecimento e valorização da liderança feminina nas comunidades são questões prementes. É crucial que as políticas públicas sejam mais eficazes e inclusivas, considerando as especificidades das comunidades quilombolas e promovendo a educação e a valorização cultural quilombola, garantindo o reconhecimento e a proteção de seus direitos e territórios.

Este trabalho também ressalta a importância de políticas públicas que valorizem a liderança feminina nas comunidades quilombolas. As mulheres quilombolas, como demonstrado, desempenham um papel central na preservação da cultura e na luta por direitos. Portanto, é fundamental que suas vozes sejam ouvidas e suas experiências sejam incorporadas no desenvolvimento de políticas educacionais e sociais.

Finalmente, este estudo é um chamado à ação. É necessário um compromisso contínuo para garantir que as comunidades quilombolas recebam o suporte necessário para superar os desafios enfrentados. Isso inclui investimentos em infraestrutura educacional, desenvolvimento de currículos que refletem a rica história e cultura quilombola, e políticas que promovam a igualdade de gênero e racial. A valorização da cultura quilombola e o reconhecimento das lideranças femininas são passos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

As considerações apresentadas neste trabalho servem não apenas como um resumo das descobertas e análises realizadas, mas também como um ponto de partida para futuras pesquisas e ações. O reconhecimento e a valorização da educação escolar quilombola e da liderança feminina nas comunidades quilombolas são essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade que respeita e celebra sua diversidade cultural e histórica.

# APÊNDICES

---

## A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

Entrevista Semiestruturada:

Nome: \_\_\_\_\_

Telefone:

### **BLOCO 1**

1- Você participa de um ou mais movimentos sociais?

Qual a sua atuação neste (s) movimento (s)?

2- Há quanto tempo você faz parte deste (s) movimento (s)?

3- Qual a relação deste (s) movimento (s) como as comunidades quilombolas?

4- Como você avalia a relação movimento social e comunidades quilombolas?

5- Quem são as lideranças desses movimentos? Estas lideranças possuem outras atuações fora do movimento?

### **BLOCO 2**

6- Como você percebe a atuação do estado em relação a Educação Escolar Quilombola?

7- Você participa de alguma forma dos espaços institucionalizados para deliberação de questões relacionadas a Educação escolar quilombola?

8- Como é a relação entre o município o qual a comunidade quilombola está localizada e a comunidade quilombola da qual você faz parte?

9- Como é a relação da comunidade com a juventude quilombola?

### **BLOCO 3**

10- É possível identificar algum incentivo ao engajamento e formação de professores quilombolas? Como ele ocorreu?

11- Existe mobilização internamente? Como ela ocorre? Como ocorre a organização/mobilização para formação de professores?

12- Quais cursos tem feito nos últimos 03 anos? Participa de alguma formação no momento? Qual?

13- Como é a estrutura organizacional da escola quilombola?

14-O movimento quilombola realiza alguma parceria com o governo de Minas Gerais no que se refere a Educação escolar Quilombola? Se sim, informe como elas ocorrem?

15- A comunidade quilombola é ou já foram convidadas a participar de ações e projetos desenvolvidos pelo governo de Minas? Quando isso ocorreu? E qual o papel dos Atores sociais quilombolas nesse espaço?

17- Se você fosse citar um evento (acontecimento) importante de pressão feito pelo Movimento Quilombola no Estado, com apoio de outros movimentos, qual você citaria?

18- Quais são os principais parceiros na luta quilombola no Estado?

19- Você acha que o movimento negro tem ou teve importância no processo de fortalecimento do movimento Quilombola? Se sim quando e como? PARA TODOS OS SEGMENTOS: 1. Existe alguma questão que não foi perguntada e que gostaria de mencionar?

## **B – CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA – TCLE**

**Título da pesquisa:** PROTAGONISMO E DOCÊNCIA: AS PROFESSORAS QUILOMBOLAS DE VILA NOVA DOS POÇÕES EM JANAÚBA, NO NORTE DE MINAS GERAIS

**Instituição promotora:** Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

**Patrocinador:** Patrocínio/Recursos próprios do coordenador/pesquisador

**Coordenadores:** Zilmar Santos Cardoso e Ilidiano Braz Silva

### **Atenção:**

Antes de aceitar participar desta pesquisa, é importante que você leia e compreenda a seguinte explicação sobre os procedimentos propostos. Esta declaração descreve o objetivo, metodologia/procedimentos, benefícios, riscos, desconfortos e precauções do estudo. Também descreve os procedimentos alternativos que estão disponíveis a você e o seu direito de sair do estudo a qualquer momento. Nenhuma garantia ou promessa pode ser feita sobre os resultados do estudo.

### **1 – Objetivos**

Serão os objetivos: Compreender a partir das narrativas das professoras, os percalços na educação escolar quilombola como também porfiar a participação destas mulheres na Comunidade de Vila Nova dos Poções, quilombo do Gorutuba. Abordar práticas culturais e a experiência de vida das professoras quilombolas que permeiam o exercício da docência. Refletir sobre o cotidiano das mulheres professoras da comunidade Vila dos poções e as práticas culturais que evidenciam as relações de gênero e poder. Identificar as formas de participação das professoras quilombolas na luta por direitos. Contribuir para a compreensão sobre a

relevância da consolidação da liderança feminina e da importância dos “espaços de fala” das mulheres quilombolas através da docência.

## **2 – Metodologia /Procedimentos**

O estudo será baseado em uma estratégia de pesquisa qualitativa, usando exploratória, por meio de pesquisa de campo. Destina-se a demonstrar procedimentos metodológicos para o tipo de pesquisa utilizada. Também abordará os critérios de construção do campo de pesquisa, os métodos de coleta de dados, a forma como esses dados são processados e, por fim, as limitações do método escolhido.

No primeiro momento, será feita uma pesquisa de caráter bibliográfico. Os estudos de gênero de autoras como Joan Scott (1990) e Judith Butler (2003), serão ponto de partida. Também serão essenciais os estudos sobre comunidades quilombolas, principalmente aqueles que têm como foco o norte de Minas, como os estudos de Costa (1999) e Costa Filho (2008), e Rocha Fernandes (2017) que tem como foco o estudo das professoras quilombolas. Para realização desse estudo sobre as mulheres nas comunidades quilombolas do Gorutuba, tomaremos como universo da pesquisa nove mulheres que atuam na Escola Estadual Julião Mendes Ferreira Comunidade de Vila Novas dos Poções no quilombo do Gorutuba. Serão entrevistadas 09 mulheres da escola sendo elas, a diretora, a supervisora e 07 professoras. A principal fonte de coleta de dados para a análise deste estudo é a entrevista com as professoras da Escola Estadual Julião Mendes Ferreira Comunidade de Vila Novas dos Poções no quilombo do Gorutuba. A participação dar-se-á através de entrevistas semi-estruturadas. As entrevistas serão todas gravadas e posteriormente transcritas na íntegra.

## **3- Justificativa**

A importância desse estudo está no fato de se buscar compreender as lutas das mulheres negras por seus direitos, bem como a participação delas como lideranças na comunidade quilombola Gorutuba. Contudo, é importante para este estudo compreender a lógica envolvida nas diretrizes que essas lideranças propuseram em sua luta pelo reconhecimento. É necessário, portanto, pensar como a ação coletiva reflete o comportamento individual e a produção e reprodução do cotidiano desses atores sociais. As lideranças femininas são notórias na realidade coletiva de Gorutuba. Os destaques aqui não se limitam à prestação de contas às diretrizes de ação política em suas comunidades.

Assim, mesmo sem possuir território, a comunidade constitui seu território, sua história em torno dos lugares imbuídos de emoções e amplo significado e expressão, que geram a esperança de reconhecimento, garantindo fazer valer seus direitos. A mulher como matriarca, revela a face de sua luta pela sociedade como um todo, e faz de sua liderança uma inspiração para outras mulheres. Ainda há pouca discussão sobre a situação dos professores que atuam nas escolas quilombolas e os desafios de oferecer educação diferenciada a essas comunidades. Assim, enquanto o termo “professor quilombola” aparece no discurso dos movimentos sociais, da academia e da pedagogia oficial, não há consenso nas discussões nacionais ou mesmo dentro da comunidade quilombola sobre quem e como é esse profissional. Claramente, a interpretação de pareceres e documentos institucionais emitidos nesse sentido remete ao pressuposto de que “professoras do quilombo” são pessoas que gozam de vínculos territoriais com a comunidade. Na história recente da educação, o governo brasileiro passou a reconhecer a necessidade de promover uma educação diferenciada em resposta às singularidades surgidas no ambiente escolar. Nesse sentido, os povos e comunidades tradicionais requerem o reconhecimento de

suas diferenças e a afirmação de sua cultura, e a valorização de seus saberes e temas. Assim, observamos um processo concomitante entre a luta por uma educação diferenciada e a necessidade de atores diferenciados para esse fim.

Pode-se observar que as diretrizes para transcrição alternam algum tipo de oscilação entre a formação de professores quilombolas e a formação de professores quilombolas. É importante ressaltar que, em termos de semântica, ao formarmos professores para quilombolas, não nos preocupamos apenas com o destino desses profissionais (a comunidade quilombola), mas também precisamos atender aos pressupostos da escolarização quilombola.

A partir da leitura das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, a “presença preferencial dos professores quilombolas” cria o pressuposto de que existe um vínculo entre os professores e o território quilombola. No entanto, ainda que a imagem do professora quilombola seja traçada por meio de algumas evidências relevantes da luta popular local, como a professora pode ser capaz de assumir essa nova e desafiadora identidade? Como pode aceitar uma identidade que até então não existe na sociedade e só começou a emergir na história recente?

#### **4-Benefícios**

#### **5-Desconfortos e riscos**

O risco desta pesquisa é mínimo, e consiste na possibilidade de causar constrangimento nos participantes ao serem entrevistados e durante a observação, deste modo as entrevistas serão realizadas em ambientes seguros para maior conforto. Para maior segurança dos envolvidos terão sua confidencialidade preservados. Caso a pesquisa seja realizada de forma presencial, existe o risco de contaminação pela COVID-19, e para garantir a segurança dos participantes todas as medidas de segurança orientados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), serão aplicadas, como o uso de álcool em gel, máscaras e o distanciamento social.

#### **6- Danos**

Em relação aos danos, podemos indicar que para alguns participantes responder a uma entrevista ou ser diretamente observado em seu trabalho pode causar alguma inquietude ou ansiedade, psicologicamente falando, causando algum tipo de stress ou cansaço. Nesse caso, a pesquisadora entregará com antecedência, a cada participante todos os instrumentos que serão utilizados para coletar informações e só realizará a observação *in loco* e a entrevista semiestruturada, com o mínimo de desconforto ou dano que for possível.

#### **7-Metodologia/procedimentos alternativos disponíveis**

Como metodologia ou procedimentos alternativos disponíveis, apresentaremos como técnicas de coleta de informações, o questionário aos participantes e acrescentaremos a análise documental.

#### **8-Confidencialidade das informações**

Sua forma de participação consiste em responder às questões descritas no roteiro de entrevista, isto é, verbalizando a sua opinião acerca do que lhe será perguntado. É importante informar que seu nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa, o que garante seu anonimato e confiabilidade, e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes.

#### **9-Compensação/indenização**

Não será cobrado valor monetário para a execução desta pesquisa pois não haverá nenhum tipo de gasto para os participantes, não havendo previsão de ressarcimentos ou indenizações

financeiras. No entanto, em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização e as despesas serão cobertas, sob a responsabilidade da coordenadora da pesquisa e não da instituição a qual ela presta serviços. É preciso deixar claro que sua participação é voluntária e que se em qualquer tempo, você recusar a participar ou retirar o seu consentimento, ou ainda descontinuar sua participação se assim o preferir, a sua vontade deverá prevalecer e você não terá nenhum tipo de penalização e de nenhum prejuízo.

#### **10-Outras informações pertinentes**

Esclareço ainda que a contribuição do presente trabalho no âmbito científico poderá levar às reflexões e transformações acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais de formação de professores como políticas públicas educacionais na formação docente.

#### **11- Consentimento:**

Li e entendi as informações precedentes. Tive oportunidade de fazer perguntas e todas as minhas dúvidas foram respondidas a contento. Este formulário está sendo assinado voluntariamente por mim, indicando meu consentimento para participar nesta pesquisa, até que eu decida o contrário. Receberei uma cópia assinada deste consentimento.

**Nome do participante**

**Assinatura do participante**

**Data**

**Nome da testemunha**

**Assinatura da testemunha**

**Data**

**Nome do coordenador da pesquisa   Assinatura do coordenador da pesquisa   Data**